

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS/UGD

'Ensaio e anseios' sociológicos sobre racismo, educação, inclusão, intersecção

Michael Louzeiro de Aguiar

DOURADOS/ MS

2024

MICHAEL LOUZEIRO DE AGUIAR

**'Ensaio e anseios' sociológicos sobre racismo, educação, inclusão,
intersecção**

Texto a ser apresentado em banca de defesa de dissertação, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS/FCH/UFGD), como parte dos requisitos de finalização para obtenção do título de Mestre em Sociologia, na área de concentração em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof.^x. Drx. Simone Becker.

Membra externa: Profa. Dra. Katiúscia Moreno Galhera.

Membra interna: Prof.^a. Dr^a Danielle Tega

DOURADOS/ MS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A283' Aguiar, Michael Louzeiro De

'Ensaio e anseios' sociológicos sobre racismo, educação, inclusão e intersecção [recurso eletrônico] / Michael Louzeiro De Aguiar. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Simone Becker.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Racismo. 2. Educação. 3. Inclusão. 4. desafios e enfrentamentos. I. Becker, Simone. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia deixar de agradecer às tantas pessoas que sempre estiveram ao meu lado. É um momento de concretização de um sonho, aqui digo não de forma romanceada, mas na lembrança de como é difícil para uma pessoa que não conta com os privilégios de uma sociedade, em sua maioria negra e parda, que vive as desigualdades de um sistema que nega sua existência, chegar aonde cheguei.

Enquanto espaço de transformação, diálogo e escrevivência, teço esse ensaio-dissertação, com a certeza que tive, apoio, de pessoas que jamais imaginaria, nem nos meus sonhos mais remotos estariam trilhando comigo nessa jornada, cansativa, no sentido que é necessário reconhecer, o esforço intelectual em produzir.

É fascinante como a jornada da escrita e da transformação pessoal se entrelaçam em um processo enriquecedor. O ato de escrever não é apenas uma atividade solitária, mas sim um diálogo constante entre o autor e o mundo ao seu redor. Cada palavra escrita é um convite para que outros se juntem à jornada, contribuindo com suas próprias experiências, perspectivas e apoio.

Assim, enquanto tecemos, estamos também criando os laços que nos ligam. Cada palavra escrita é um fio que une os nossos mundos, criando uma colcha de retalhos, única de experiências, ideias e perspectivas. E é nesse espaço de diálogo e escrevivências que encontro não apenas a inspiração para continuar, mas também o apoio para enfrentar os desafios que inevitavelmente surgem ao longo do caminho.

Aqui em especial, a minha mãe (*in memoriam*), que trilho a minha vida, seguindo seu exemplo de luta e honestidade, sempre me questionando se o que faço, te deixaria feliz, obrigado por me ensinar a ser quem sou. Tia Edite (*in memoriam*), você se foi na pandemia e eu se quer pude me despedir. Valdirene (*in memoriam*), Val até hoje sinto sua falta, das nossas conversas e do seu ponto de vista peculiar, estávamos tão esperançosos pela vacina contra a Covid-19, que você se foi, precocemente e por irresponsabilidade de um Governo negacionista à época.

Aos Orixás, que desde que viajei e pude me encontrar com Iemanjá na Bahia, sorrisos, sigo seus mandos. Sem a certeza das possibilidades que estariam sendo proporcionadas. Essas como a minha Orientadrx, Simone Becker, que lá atrás eu já nutria um respeito e uma “paixonite”, por compreender como ela é grande no envolvimento com

a Educação e suas lutas. Aliás, essa que não desistiu de mim, de nós, nossos encontros e afetos. Gratidão.

À Profa Dra. Katiúscia, obrigado pelos momentos enriquecedores- cresci e aprendi muito. À Profa Dra Dani Tega aqui compartilho que tremi nas bases, quando você fez as considerações da minha qualificação, pensei é agora! - Estava me preparando para o pior, sorrisos, e você tão gentil e incrível, me fez mais uma vez compreender que a academia pode ser humana e acolhedora. Que o saber pode ter sabor gostoso. À profa Dra Telma Vaz, que foi fundamental em acreditar nos projetos e incentivá-los em minha graduação na UFMS/Naviraí, algo ainda tão raro.

À minha sogra, que hoje está em cima de uma cama, mas que tem ensinado a cada dia a lutar pela vida, essa que me ensinou tanto e me deu um dos melhores presentes, desse Universo, o amor. Ao meu amor (Eliane Sá), que em todos os momentos, nunca largou a minha mão, parceira, amiga, amante e libriana. Eu te amo, muito.

Às minhas irmãs. Bel você sequer imagina o tanto que te amo e sou grato, por ser essa minha irmã. Pata, minha metade, que me deu minha metadezinha, só nós, sabemos o que é ter essa nossa pele e mesmo assim, continuar a sorrir, amo demais. As minhas meninas Luana, Larissa, Ingridy e Sarah, meus amores eternos.

À minha família que a vida nos uniu, Lunny e Mano (Luciana e Fernando), sou um Dindo agraciado e feliz, sempre com muitas partilhas, pipocas e Coca-Cola. Quantas reflexões sobre esse processo, sem bolsa, tendo que superar os diversos enfrentamentos, de um lugar que parece não nos querer lá. Rodolfo, sagita, assim como eu, expansivo, ruivo que a vida me deu de presente. Jaqueline, que fez as correções e me incentivou a entrar no programa, para ocupar esse espaço, você é incrível, de muita luta. Lara, por mais que estejamos longe nas fronteiras da vida, estamos ligados desde muito tempo, nessa parceria de encontros, desencontros e muita saudade.

Aos meus colegas de pós, pelas trocas. Acreditem, se eu cheguei, vocês irão muito mais longe, só precisam de oportunidades. A educação é uma ferramenta poderosa para transformar vidas e construir um futuro melhor para todos. Que só fará sentido, quando for valorizada e superar as desigualdades impostas e barreiras enfrentadas, por quem dela fazem parte.

Que possamos, ter compromisso com a igualdade de gênero, étnico-racial e a justiça social. Reconhecer e lutar contra a violência e a marginalização que as mulheres enfrentam diariamente é fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. A busca por uma educação antirracista também é crucial para combater o racismo

estrutural e garantir que pessoas pretas e indígenas tenham oportunidades iguais de acesso ao poder e ao progresso. Sua voz e seus esforços são importantes para impulsionar essas mudanças tão necessárias.

Resumo

Este ensaio analisa minhas experiências vividas em Universidades Públicas sul-matogrossenses como um indivíduo negro de classe periférica, cujas experiências acadêmicas e de vida são/foram afetadas por violências estruturais que moldam a sociedade brasileira. A pesquisa também dialoga com os resultados de dois projetos desenvolvidos durante minha trajetória na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Naviraí. Assim, ao longo do ensaio, destaco a influência do Movimento Feminista Pós-estruturalista e do Movimento Negro na inspiração daqueles que lutam pela diversidade sexual, de gênero e étnico-racial. Do mesmo modo, destaco a responsabilidade da Universidade no silenciamento em torno dessas questões. Argumento que esse silenciamento contribui para a disseminação do racismo, da intolerância, do preconceito e da violência contra pessoas que não estão dentro do padrão heterocisnormativo. Os resultados indicam a necessidade contínua de incluir pessoas diversas, principalmente não brancas, para que essas estruturas possam ser mudadas, e não só abaladas, visto que seus avanços são lentos, engessados em diversos momentos, exatamente por não oportunizar a existência dessas minorias nesses espaços de poder, potencializando essas escritas científicas e suas escrevivências, para só assim, destruir essas estruturas que vem modificando o racismo e da LGBTQIAPN+fobia.

SUMÁRIO

“PRIMEIRAS PALAVRAS”	9
1. ENSAIO I: NARRATIVAS – ENTRE DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS....	12
1.1 A violência simbólica e de gênero está institucionalizada? Precisa ser (re)pensada?	17
1.2 O papel da Universidade Pública no contexto da diversidade étnico-racial e de gênero	19
1.3 Memórias e Lutas na Universidade: Uma Trajetória de Superação	23
1.4 Relato de experiência – Você tem medo de quê?	30
2. ENSAIO II: SER NEGRO! O PROCESSO DA VIOLÊNCIA CONTINUADA	35
2.2 A universidade é um campo de poder	49
RETICÊNCIAS FINAIS (...)	57
BIBLIOGRAFIAS REFERENCIADAS E CONSULTADAS	60

“PRIMEIRAS PALAVRAS¹”

IDENTIDADE

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história...

Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

(Jorge Aragão, 1992).

Prezado/a leitor/a,

Início minha escrita com esse trecho da música “Identidade” do Intelectual e Músico negro, Jorge Aragão, pois sinto que ela representa a escrevivência que narro durante toda essa dissertação, sob o formato de ensaios. A letra da música valoriza as questões étnico-raciais e as lutas constantes que envolvem os corpos negros na sociedade, desde determinar quais espaços devemos ocupar até desafiar aqueles que não cedem lugar e não se calam. Fazemos isso em nome dos nossos ancestrais que abriram o caminho para que possamos transitar, resistir e persistir, criando novos caminhos para os que virão. “Vou aprender a ler, pra ensinar meus camaradas” – imagino e sinto essa mensagem na voz-performance de Maria Bethânia.

No trecho da música que cita “Não vai no de serviço, se o social tem dono, não vai”, diz respeito a todo tipo de segregação que enfrentamos. Não devemos compactuar com quem nos oprime. Assim, esse trabalho que vos apresento, faz parte de um diálogo inserido em uma escrita coletiva, orientada em uma só direção, ou seja, é um “papo reto” na luta contra o racismo estrutural de Silvio Luiz de Almeida (2021) – adiante retomado,

¹ Opto pela remissão e inspiração de como Paulo Freire inicia o clássico “Pedagogia do Oprimido”.

contra as violências relacionadas ao gênero, à sexualidade, à classe, à raça direcionadas a grupos minoritários em nossa sociedade.

O trecho citado, remete à lembrança da minha mãe solo² (*in memoriam*), mulher negra não retinta, nordestina, que como muitos saiu da extrema pobreza, em busca de uma vida melhor na cidade grande. Com vários sonhos, porém sem muitas oportunidades, inclusive pela “falta de estudo”, tendo que trabalhar na “casa grande”, sendo da senzala, isto é, entrando pela área de serviço, às vezes sem ter com quem deixar seus filhos, mas que sabia bem seu lugar, de silenciamento e incômodo, por estar ali com suas crianças e ter que tentar segurar naquele espaço dividido com os produtos de limpeza e alimentos fartos, para que não pudessem se encantar com aquilo que ela, não poderia oferecer naquele momento, tão distante da nossa realidade.

Quantas mães pretas solas, acabam não tendo com quem deixar seus filhos para irem trabalhar, eu ainda tive sorte³, por mais que eu e a minha irmã do meio, ficássemos muito tempo sozinhos, a minha segunda mãe (irmã mais velha) fazia de tudo para cuidar, mesmo sendo nova, não esqueço das vezes que ela tinha que nos levar para a escola à noite... Era bom, porque podíamos passar mais tempo com ela (mas, para ela exercer o papel de cuidadora e tendo que abrir mão da sua infância e adolescência, que foi roubada?! Hoje sei o peso de tudo, desse cuidado e aí me lembro que nem todas as pessoas, eram compreensivas com essas crianças nesses espaços), aproveito para declarar todo meu amor a essas mulheres que foram e são fundamentais para essas escritas.

Trago algumas dessas memórias, para lembrar que aqui não falo por todos, apenas por alguns ou quem se sinta representado, porque afinal “Somos herança da memória, temos a cor da noite”, essa herança é refletida sempre, somos produtos das experiências e conhecimentos acumulados ao longo da história. Nossa identidade, comportamentos e pensamentos são influenciados pelas experiências passadas das gerações que nos precederam, há aspectos de nós mesmos que estão escondidos ou desconhecidos, mesmo para nós mesmos.

“Se o preto de alma branca pra você, É o exemplo da dignidade, Não nos ajuda, só nos faz sofrer, Nem resgata nossa identidade”, ser negro periférico de família nordestina, em uma sociedade estruturada no racismo e preconceito, com a qual, sim

² Mais um dentre tantos e tantos, rebentos de mães solas.

³ Seria muito interessante traçar um paralelo com o “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus. Um “romance” da vida real, escrevivência...As netas continuam lutando pelos direitos autorais da avó e vivem com muitas dificuldades. Netas de escritora Carolina Maria de Jesus dizem viver 'Quarto de Despejo 2' - 02/04/2021 - Ilustrada - Folha (uol.com.br). Gratidão à revisão de Andrei Fonseca.

crecemos na dita cidade satélite mais perigosa de “Brazoila”⁴, visto que é formada por nordestinos e pessoas negras e pobres, tendo que desde cedo crescer no meio de pessoas trabalhadoras e também em contrapartida, com toda “bandidagem” que nunca nós ofereceram nada e nem deixaram seguir esse caminho, muito pelo contrário nos protegiam e sabiam que a nossa mãe era mulher trabalhadora. Faço esse recorte, para que se entenda que não defendo coisa “errada” – e o que tanto diz..., mas a sociedade tende a estereotipar e a estigmatizar.

No primeiro momento dessa dissertação em formato de ensaio, trago minha experiência como acadêmico do curso de ciências sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Naviraí, no decorrer da escrita a vivência como estagiário, que tive e presenciei as divergências de um sistema educacional que ao invés de desconstruir o preconceito e racismo continua dando brechas e sustento a esse tipo de opressão, mesmo existindo uma Lei nº 11.645 que ampara os estudos da História afro-brasileira e Indígena.

No segundo momento vocês enveredarão por conceitos como racismo, racismo estrutural, institucional, e vários tipos de violências. Enfim, a questão de ser negro no Brasil, é saber qual espaço devemos ocupar, porém alguns espaços não encontramos muitas representatividades de pessoas negras, pois foi nos ditos que não seria nosso lugar, essas questões afetam também aos povos indígenas e pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAP+, que lutam e resistem ao sistema capitalista contemporâneo.

Para fortalecer as lutas precisamos unir e agir cada vez coletivamente, esses são alguns dos propósitos desses ensaios onde essa tessitura passa por três olhares com diferentes argumentos, mas que se abraçam no final, é uma escrita de grande relevância onde se encontram, Michael Aguiar, Simone Becker, Eliane Sá e as outras pessoas que fazem presente no corpo dos mesmos.

As epistemologias podem ser construídas em coletividades, esse fator pode envolver uma diversidade de corpos que direcionam seus conhecimento e ideias junto com as práticas para solucionar as demandas que existem na sociedade, esse ensaio ao mesmo tempo que mostra um só grito, no caminhar da escrita, essa que passa a ser coletiva, só foi possível construída na base da confiança e respeito, com quem participou dessa tecitura. Para embasar nossa escrita, cito um trecho do prefácio do livro de Maya Angelou (2019. p. 14) por Conceição Evaristo; [...] ninguém constrói irmandade sem

⁴ Uma das formas que os nativos se referem a cidade de Brasília

confiar, sem esperar, sem acreditar no acolhimento e na generosidade da outra pessoa e do mundo [...]

1. ENSAIO I: NARRATIVAS – ENTRE DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS

“quero que continue a sorrir (mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma) mesmo com a ideia de me ver partir (ceis não vão mudar porra nenhuma) olha só o que eu construí (mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma) as palavras tortas eu não me arrependi (ceis não vão mudar porra nenhuma) se eu tivesse um pedido (seria) luta por mim se eu tivesse um pedido (seria) luta por mim eu não vou morrer” (Jup do Bairro e Mulambo⁵)

Início com essa resistência. Só quem é negro sabe o que é “vestir” essa pele preta, em um país tão desigual, como o nosso. Não soltar a mão e continuar a lutar, mas até quando será preciso lutar? “Eu não vou morrer”, pelo menos não hoje!

A dor da perda é profunda, a raiva da injustiça, incandescente. Mais um corpo negro tombado, mais uma família dilacerada, mais uma comunidade em luto. E a pergunta que ecoa: até quando? A morte espreita, a sombra da violência paira sobre cada passo. Mas a vida pulsa, a esperança insiste em florescer. A chama da luta se mantém acesa, mesmo diante da escuridão. “A noite não adormece nos olhos das mulheres⁶”, negras (...) já escreveu, declamando Conceição Evaristo (2017, p. 25).

Uma vida dedicada à luta, um legado de resistência. Uma voz que ecoa, um exemplo que inspira. Uma história que desafia o sistema, que denuncia a opressão, que exige mudança. A verdade dita sem rodeios, a rebeldia que desafia o status quo. A voz que incomoda, que questiona, que provoca o incômodo necessário para a transformação.

O legado continua, a luta não se apaga. A voz silenciada pela violência ecoa nos corações de cada um que se levanta contra a injustiça. A chama da esperança se mantém acesa, iluminando o caminho para um futuro livre de opressão. Lute pela justiça, lute pela igualdade, lute por um mundo onde a cor da pele não defina o destino. Lute pela vida, lute pela liberdade, lute por um futuro em que a violência não seja a regra.

⁵ Jup do Bairro e Mulambo (2024), Luta por mim. Composição de 2020.

⁶ Em memória à Beatriz Nascimento.

A memória vive, o legado permanece. A luta continua, a esperança se multiplica. A semente plantada germina, a árvore da justiça cresce forte e frondosa. Porque a vida que se entrega à luta se torna eterna. A voz que se levanta contra a opressão se torna eco.

A esperança que se acende no coração de cada um que luta se transforma em um farol. A injustiça não terá a última palavra. A violência não vencerá. Porque a luta por um futuro melhor continuará até que a vitória seja conquistada.

A vida é mais forte que a morte. A esperança é mais forte que o medo. A luta é mais forte que a opressão. A justiça será feita. Porque a igualdade será conquistada. Porque a liberdade será alcançada. Porque a vida que se entrega à luta se torna eterna. “Eu não vou morrer! Luta por mim”!

Para compreendermos esse processo de violência que afeta nossos corpos, apresentarei logo abaixo uma discussão que irá apontar alguns desses espaços onde tais violências (também) estão inseridas.

De forma a contribuir sobre a violência simbólica e o discurso potencialmente opressor de classe, raça e gênero (Davis, 2016), prevalente em ambientes destinados à (des)construção de valores formados por conceitos morais e de cunho sexuais/sexualizados. Por isso sempre encontrarão no texto momentos que atravessaram minha existência como acadêmico da UFMS e um desses momentos iniciará com uma cena que vivi quando estava em sala de aula como estagiário.

Minha experiência e vivência como estagiário de uma escola pública de Naviraí/MS, onde muitos estudantes negros não têm as mesmas oportunidades que estudantes brancos. Com uma economia estável ou condições materiais que os mantém/mantenha na escola, esses estudantes passaram/passam por vários tipos de violências e conseguiram resistir para terminar o primeiro ano do ensino médio, porém a maioria precisou parar de estudar para ir trabalhar e ajudar financeiramente seus responsáveis. Por meio dessa memória trago mais abaixo a relevância deste ensaio e as discussões sobre a violência nos contextos das instituições educacionais.

O objetivo deste estudo-pesquisa é analisar, a partir de uma narrativa biográfica, minhas experiências na Universidade como sujeito negro e de classe periférica-precarizada, nascido em Brasília/DF.

A abordagem reflexiva proposta neste recorte busca trazer à tona questões relevantes sobre as dinâmicas de poder, de classe, de raça e as relações de gênero presentes nos espaços acadêmicos, especialmente no que diz respeito à marginalização e subalternização de determinados grupos-corpos sociais. Através da minha própria

vivência, pretendo evidenciar os desafios enfrentados por pessoas⁷ que, como eu, pertencem a comunidades marginalizadas e sofrem obstáculos adicionais no acesso e na permanência no ensino superior.

Ao compartilhar minhas experiências, espero não apenas sensibilizar as pessoas leitoras para as questões de desigualdade, discriminação, racismo e LGBTQIA+fobia presentes na Universidade, mas também incentivar uma reflexão crítica sobre as estruturas institucionais que perpetuam tais injustiças. É fundamental reconhecer e confrontar os sistemas de opressão que permeiam nossa sociedade, a fim de promover uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária.

Nesse sentido, este ensaio se propõe a ser um convite à reflexão e ao diálogo, visando contribuir para a construção de espaços acadêmicos mais justos, acolhedores e democráticos, onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas, independentemente de sua origem de classe social, étnica, racial, de gênero - sexualidade.

A metodologia adotada neste estudo está embasada nos princípios da pesquisa qualitativa e da narrativa biográfica. Tal escolha resulta em uma abordagem capaz de proporcionar a compreensão da experiência por meio de histórias vividas e narradas pelo próprio autor. Compreende-se, portanto, que a narrativa se estrutura na intencionalidade de compreender e interpretar as dimensões pessoais e humanas para além de esquemas fechados, recortados e quantificáveis (Clandinin; Connelly, 2011).

A pesquisa qualitativa permite uma imersão mais profunda nas experiências individuais, enquanto a narrativa biográfica oferece uma plataforma para a expressão autêntica das vivências do pesquisador. Juntas, essas metodologias possibilitam uma análise rica e contextualizada das questões abordadas neste estudo.

A narrativa possui um significado relevante, sendo também compreendida por Walter Benjamin (1987, p. 205), como "uma forma artesanal de comunicação", cujo significado real está situado em um contexto social, histórico, cultural, econômico e político. Essa metodologia possui uma dimensão ética e política na medida em que "aposta na capacidade de recuperar a memória e de narrá-la desde os próprios atores sociais" (Santamarina; Marinas, 1994, p. 259).

Nesse sentido, como ator da própria pesquisa, parto aqui do pressuposto de que só é possível falar sobre as teorias de gênero e suas identidades *Gender* (Butler, 2003), e com as contribuições dos estudos *Queer* (Louro, 2004; 2010), transexualidades (aqui se -

⁷ Preteri aqui a categoria "indivíduos" pela de "pessoas" pelo acento no coletivo.

re-significando) e interseccionalidades (Bento, 2008), devido às lutas e contribuições dos movimentos feministas que buscam a igualdade social e de gênero, tendo como finalidade resistir às opressões e violências sofridas ao longo do tempo.

Em um contexto geral, mulheres que se empoderaram, decidindo lutar com as armas que tinham/têm em mãos, o conhecimento, são uma inspiração para a luta de todas as minorias. “Vou aprender a ler, para ensinar meus camaradas⁸”. O discurso opressor e o papel da Universidade nesse contexto também são os pilares que me desafiam neste trabalho de escrita e reflexão.

O sistema educacional brasileiro ainda caminha a passos lentos e carece de melhor preparo quando se trata do respeito genuíno à diversidade de gênero. Especialmente porque não se investe na conscientização, no debate e em outras formas de tomada de consciência; ao contrário, em grande medida, tem reforçado o silenciamento em torno da questão.

Dessa forma, é importante definir a questão da violência de gênero, a fim de tentar perceber como essa se expressa de forma simbólica nos mais diferentes contextos. Uma vez que é preciso abordar a questão com maior atenção, por se tratar de um tipo de violência que ainda não está bem definida, conforme nos apontam Abramovay e Rua (2003, p. 21).

Outro fator que dificulta a apreensão e a análise da violência, em particular da violência escolar, é o fato de que não existe consenso sobre o significado de violência. O que é caracterizado como violência varia em função do estabelecimento escolar, do status de quem fala (professores, diretores, alunos etc.), da idade e, provavelmente, do sexo.

De acordo com as contribuições dos estudos feministas de gênero e sexualidade pós-estruturalistas, é possível perceber como se dá esse processo que é institucionalizado, da violência simbólica, e que se (re) produz com base em um discurso “opressor”, que muitas vezes “reprime” seres ainda em formação social, cultural e política.

A violência institucional muitas vezes não é percebida por quem dela participa.

[...] violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações

⁸ Referência à canção Yayá Maseмба, composta por Roberto Mendes, cujo título é menção à ancestralidade e à rede de mulheres na sociabilidade das pessoas negras.

de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores, a obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos [...] (Charlot, 2000, p. 21-22).

A prática da reprodução machista, sexista e misógina, com atos de discriminação com relação às questões de gênero e sexualidades, parecem não ser identificadas por quem as praticam. Assim, acaba impondo um discurso opressor que oprime e violenta, com tais práticas, a fim de naturalizar e submeter as minorias cada vez mais ao sistema heterocisnormativo e que na verdade, deveria ser questionado e revisto nestes espaços. As contradições sociais, as desigualdades e injustiças, ganham maior contorno dependendo da classe social, gênero, orientação sexual e relações étnicas, e da mesma forma, são reprimidas e tratadas de inúmeras formas, sempre violentadas politicamente, historicamente e culturalmente.

A sociedade é contraditória e, portanto, apresenta nela própria, situações de opressão, reflexo de atos de injustiça marcado pelas desigualdades sociais, próprios da sociedade capitalista, já que existe aquele que oprime e aquele que é oprimido, gerando um contexto de violência. Violência que se percebe também no contexto escolar. Seja pelos conflitos da sociedade excludente, injusta e desigual, seja pelo discurso autoritário, ou mesmo pela permissividade. Nesse sentido, requer repensar a formação de homens capazes de transformar, onde o fazer torna-se ação e reflexão, práxis pedagógicas, caracterizada pela ação transformadora do mundo. Buscando a libertação do homem, no contexto de reflexão, pela compreensão de ser no mundo, com o mundo e para o mundo. (Schram; Carvalho, 2009, p. 7).

Diante do exposto, ressalto aqui a condição em que jovens negros, transexuais, indígenas estão submetidos, pois vivem em um sistema com normas rígidas, estruturadas e moldadas de forma hierárquica. O sistema educacional brasileiro, muito frequentemente, adota um modelo de imposições e obrigações estruturadas em regimes de adequação "militar", e parece não estar preparado para a subversão e autonomia de pensamento, força e atitude desta juventude que, de certa forma, desafia os valores impostos. De acordo com Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1996, p. 79): "[...] todo ato ou dito contrário à disciplina leva à desordem, à desobediência, à rebelião e constituir-se-ia em indisciplina [...]".

As instituições educacionais não estão preparadas para atender as necessidades destes jovens diversos, tecnológicos e midiáticos, que reproduzem um sistema com tantas

imposições desiguais, que se organiza em torno de um ensino tecnicista (voltado para o trabalho), cada vez mais naturalizado e padronizado, e que não contribui para a formação de pensadores e formadores de opiniões conscientes e críticos, como pessoas que conhecem sua realidade, capazes de refletir e agir sobre ela (Freire, 1994).

Defende-se aqui que tanto professores quanto alunos devem entender quais são seus papéis no ambiente de ensino, um papel de (des)construção social, de uma via de mão dupla, pontuando que o intuito desta troca deve ser o desenvolvimento nas mais variadas formas de convivência social e coletiva, priorizando o respeito às diferenças e o entendimento da realidade de seus estudantes.

[...] Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescenta à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe [...] (Dayrrel, 2007, p. 1106).

Trazendo para o contexto atual, é necessário que as aulas sejam menos mecânicas, para que estudantes e professores se aproximem do conhecimento crítico, contribuindo de forma efetiva para a realidade da vida lá fora, que versa sobre várias situações que não são trabalhadas, pensadas, refletidas ou estimuladas no espaço educacional, ainda moldado e invariavelmente conservador.

1.1 A violência simbólica e de gênero está institucionalizada? Precisa ser (re)pensada?

As questões que dão título a esse tópico, talvez, sejam das mais difíceis de serem respondidas, pois seria preciso entender todo um contexto histórico e social, no qual as relações sociais foram se estabelecendo, constituindo novas categorias e necessidades a serem atendidas e adequadas.

No entanto, coloca-se em destaque a atenção para o que é possível perceber sobre esse espaço educacional, que parece ter parado no tempo e está engessado com medidas e aparatos políticos que não atendem aos novos desafios desses novos sujeitos (Louro, 2001, p. 22).

A escola deve proporcionar um ensino de qualidade, público, gratuito e inclusivo, oportunizando o respeito à subjetividade, levando em consideração a diversidade cultural, religiosa e política constituída nestes espaços. Normalmente, o sistema não permite que as pessoas sejam livres para escolher e tomar decisões que atendam às suas subjetividades e não as enquadrem e naturalize valores patriarcais e religiosos, que vêm sendo perpetuados até os dias de hoje. (Louro, 2001, p. 23).

O sistema educacional reproduz os padrões sociais que os indivíduos devem seguir, reforçando ações e costumes que regulam a vida dos estudantes, impondo um padrão no qual são, em sua maioria, heterossexuais, brancos e com uma boa situação financeira, voltados para o lazer e o consumo. Esse modelo reproduz a violência simbólica e de gênero envolvida e iniciada nestes espaços (Bourdieu, 1989, p. 11).

Entretanto, muitas vezes a violência e violação de direitos não são percebidas claramente, tornando-se difícil perceber ou lutar contra essas forças de dominação.

Contra todas as formas de erro ‘interacionista’, o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações e que, com dom ou *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto poder instrumentos estruturados e estruturantes, de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço das suas próprias forças às relações de forças que as fundamentaram e contribuindo assim, segundo a expressão Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (Bourdieu, 1989, p. 11).

Analisando essa relação hierarquizada, que visa regular a vida das pessoas, percebemos que o uso da própria linguagem e suas variantes são um instrumento discursivo heterogêneo que dita e tenta dar significado para as coisas, e objetos de interesses heteronormativos (Butler, 2003, p. 02).

Pontuamos aqui que não se pretende atacar os profissionais da Educação, que acabam sendo vítimas também deste sistema, criado para unificar, ensinar como se deve caminhar, agir, pensar e viver, desrespeitando as características individuais de cada um, pois foram assim ensinados.

[...] Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder [...] (Louro, 2010, p. 09).

O conjunto dessa disciplina não permite que se saia dos padrões já moldados e estruturados, para serem seguidas conforme uma bula, um manual de regras e proibições, de causa e efeito (Foucault, 2005, p. 24).

Exatamente, por serem detentoras de um poder já determinado e ditado, exercem um papel representativo que influencia diretamente na construção multivariada das identidades, procurando dar forma e seguindo um contexto para violências, não sendo logo percebidas por estarem normatizadas socialmente. Entretanto, onde há dominação há resistência, já diria Michel Foucault (2010).

1.2 O papel da Universidade Pública no contexto da diversidade étnico-racial e de gênero

A Universidade, como uma instituição social e política, desenvolve um papel fundamental na relação formadora do sujeito, no compartilhamento do conhecimento e da informação, buscando agir de forma autônoma e comprometida com aspectos sociais, culturais e políticos. Neste espaço público de debates e de construção de várias opiniões que discordam e causam conflitos, demonstram-se as contradições próprias da sociedade em que vivemos.

Dessa forma compreende-se que a chamada Sociedade do conhecimento é a potencialização da capacidade dos indivíduos em transformar seu conhecimento em inovações e, por meio da interação com o ambiente, gerar novos conhecimentos, compartilhá-los e agregá-los no contexto, multiplicando-os e estimulando a aprendizagem e a formação de novas competências. (Nezello; Scoll; Zanon, 2010, p. 16).

Partindo desse pressuposto, o papel da Universidade vem sendo questionado, afinal, diante dos avanços e das transformações históricas, científicos, tecnológicos,

sociais, culturais e políticos, como instituição autônoma, laica e pública, ela também deve ser entendida como um espaço democrático (Chauí, 2003, p. 10).

Importante pontuar que se trata de uma Instituição voltada para o ensino, pesquisa e extensão, reguladora em sua organização, cujo dever é incluir socialmente todas as pessoas que queiram dela participar, devendo estar aberta sem distinção étnico racial, de gênero, classe, credo dentre outras, dando condições e garantias de acesso e permanência. (Brasil, 1998, p. 61).

Apesar do que diz a legislação, é preciso pontuar que o caráter elitista e excludente do Ensino Superior no Brasil é histórico e remonta ao período colonial (1808), quando o acesso ao ensino superior no Brasil era realizado na Universidade de Coimbra, e posteriormente, já em 1837, com a fundação do Colégio Pedro II, como ginásio oficial – , cuja função era promover o acesso ao ensino superior àqueles poucos privilegiados que ali conseguiam se formar no ensino secundário – ou, quando os famosos exames preparatórios ofertados pela iniciativa privada, pretendiam dar a impressão de que qualquer um poderia ter acesso à universidade (Hilsdorf, 2006, p. 33).

Hoje, o ideário de democratização, de acesso à Universidade ainda é bandeira de luta, apesar da criação em 1998 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e das políticas de ações afirmativas, que têm “como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação”. Seu objetivo, portanto, é “[...] fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho” (Contins; Sant’ana, 1996, p. 210).

A Universidade continua, em muitos aspectos, elitizada, apesar de hoje em dia atender as mais variadas camadas sociais, democratizando o acesso de pessoas que até então sempre foram estigmatizadas, seja por questões étnicas raciais e/ou pelo gênero, e pouco a pouco conseguem se apropriar desse espaço que antes lhes fora negado (Colombo, 2018). Assim, podemos notar alguns avanços e mudanças no contexto histórico e social da Instituição, pois ela tende a se transformar e se desenvolver, conforme a sociedade vai se modificando.

A universidade é uma instituição social e, portanto, exprime e realiza de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (Chauí, 2001, p. 35).

A Universidade, segundo a filósofa Marilena Chauí, absorve e exprime as práticas neoliberais de nosso tempo, “seja para opor-se seja para defender essas ideias, o campo

de discussão está predeterminado e predefinido pela ideologia neoliberal e pela alienação que ela acarreta” (Chauí, 2001, p. 36).

Embora o século XXI, tenha sido marcado por mudanças e avanços significativos, a Universidade ainda se configura como um espaço excludente para grande parte da população brasileira. A estrutura e o funcionamento da instituição, em muitos casos, refletem e perpetuam desigualdades históricas de raça, classe e gênero, dificultando o acesso e a permanência de grupos minoritários no ensino superior.

Para ilustrar essa realidade, podemos analisar dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos anos de 2018 e 2020. Apesar do aumento na proporção de jovens pretos ou pardos matriculados no ensino superior, de 27,8% em 2018 para 32,4% em 2020, a disparidade racial ainda é evidente, pretos ou pardos: 32,4% e Brancos: 63,2%. Esses números demonstram que, mesmo com as mudanças e avanços das últimas décadas, os jovens brancos ainda têm o dobro de chances de ingressar no ensino superior em comparação com jovens pretos ou pardos.

A exclusão na Universidade não se limita à questão racial. Fatores como classe social, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência também impactam o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior. Diante dessa realidade, é urgente a implementação (generalizada) de ações afirmativas e políticas públicas que promovam a inclusão e a equidade no ensino superior. Tais medidas devem ser direcionadas à superação das desigualdades estruturais que impedem o acesso e a permanência de grupos minoritários na Universidade (Sales, 2017, p. 447).

Embora a Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT) defendam e promovam a igualdade de direitos, a diversidade de gênero na Universidade ainda enfrenta desafios consideráveis.

Dados do Observatório da Educação LGBTI+ (2023) indicam que pessoas trans e travestis representam 0,3% dos estudantes de graduação no Brasil e apenas 1 em cada 10 ingressam na Universidade e concluem o curso. Tendo como alguns fatores que contribuem para a baixa representatividade, a violência e discriminação, são realidade no

ambiente universitário, dificultando o acesso e a permanência de pessoas trans e travestis (Peres, 2009⁹).

A falta de políticas públicas ainda é precária, necessitando de maior investimento e acompanhamento. No mesmo sentido, a evasão escolar é alta, devido a diversos fatores como a falta de apoio familiar, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a violência sofrida no ambiente escolar.

Algumas ações para promover a diversidade de gênero na Universidade, como a Implementação de políticas de inclusão, como a criação de banheiros e vestiários neutros, a oferta de nome social e a capacitação de servidores para lidar com a diversidade de gênero, já contribuiria para a permanência dessa população. Claro que o combate à transfobia, por meio de campanhas de conscientização, ações educativas e medidas punitivas contra casos de discriminação e a ampliação do acesso e da permanência por meio de programas de bolsas de estudo, ações de apoio psicológico e acompanhamento pedagógico, pois a diversidade de gênero enriquece o ambiente universitário, promovendo o respeito à diferença, a pluralidade de ideias e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa temática é abordada por Larissa Teixeira e Hyndara Freitas em matéria publicada pelo Jornal Estadão (15/10/2016). As autoras afirmam que “O Brasil é um país hostil para toda a comunidade LGBT, mas no caso das travestis e transexuais os preconceitos e dificuldades são ainda maiores”, e citam estudo divulgado em 2015 pela Transgender Europe, cujos resultados apontam que entre 2008 e 2014, 604 transexuais/travestis foram assassinadas no Brasil, colocando o país como o mais perigoso do mundo para esta população.

Ainda de acordo com Larissa Teixeira e Hyndara Freitas (2016), o número de transexuais que têm acesso à Universidade é baixo. Sobre a permanência na Universidade, as autoras afirmam que esse é um grande desafio. Conforme se observa “O acesso das pessoas trans ao ensino superior é muito difícil, porque esse ambiente não é acolhedor para elas. Ainda existem discriminação e violências praticadas tanto pela instituição quanto pelos próprios alunos e professores” (Teixeira; Freitas, 2016, p. 01).

⁹ O advento da pandemia covidiana tornou ainda mais difícil a permanência dessas estudantes, como relata Simone Becker em sua pesquisa de pós-doutorado “Das Coletas às Decantações: tateando os rastros de mulheres travestis, transgêneras, negras e indígenas através das Universidades Públicas de Dourados/MS no pós- aparição da Covid-19 (e suas mutações)”, desenvolvida entre outubro de 2022 a outubro de 2023 junto ao ProfHistória da UEMS/MS.

Essa realidade, portanto, é bem mais difícil e cruel, pois em geral a Universidade tende a silenciar o assunto, reforçando assim o estigma e o preconceito acerca das pessoas Trans. É preciso começar a repensar essas construções sociais que colocam seus valores como soberanos. São necessários e urgentes avanços no debate sobre as questões de gênero, para que haja uma diminuição nestas relações de poderes patriarcais, que tendem a causar e naturalizar a violência simbólica instituída e praticada nesses espaços.

1.3 Memórias e Lutas na Universidade: Uma Trajetória de Superação

Nesta seção, assumo a narrativa como ferramenta para compartilhar minhas experiências e lutas como pessoa negra e oriunda da periferia na busca por superar as barreiras impostas pela sociedade e conquistar o tão sonhado diploma de nível superior. Minha fala é permeada pelas vivências que moldaram minha trajetória, mas o foco central recai sobre minha jornada na Universidade.

Nasci e cresci em uma comunidade periférica de Brasília, marcada pelas desigualdades sociais e pela falta de oportunidades. Desde cedo, tive que lidar com os desafios da pobreza, da violência, do racismo e do preconceito. No entanto, a busca por uma vida melhor sempre constante, e a educação se tornou a principal ferramenta para alcançar meus objetivos.

O ingresso na Universidade Pública Federal, aqui enquanto “cria” dessas Instituições públicas, que sempre representou um marco na minha vida. A conquista da vaga foi fruto de muita luta, estudo e perseverança. A partir desse momento, me deparei com um novo universo, cheio de oportunidades, mas também de desafios.

Ao ingressar na Universidade, me vi diante de um ambiente totalmente novo e, muitas vezes, hostil. As diferenças socioeconômicas, culturais e de linguagem se manifestaram de diversas formas, desde a dificuldade de me comunicar com meus colegas até a sensação de não pertencimento ao espaço universitário. Ser negro e periférico significava enfrentar o racismo, o preconceito e a discriminação de forma constante. Desde olhares tortos e comentários maldosos até a invisibilidade e o silenciamento em sala de aula, a luta por reconhecimento e respeito eram diárias.

A falta de respeito por parte de profissionais e estudantes, me causaram espanto, e certo desgosto, além da tristeza, pois pensava encontrar nesse ambiente maior acolhimento, por julgar que ali estavam pessoas esclarecidas, cultas e abertas à realidade

o que tanto acontece para além dos muros da Universidade em si. Entretanto, devo pontuar que encontrei amparo sim, aqui ou ali, conquistei amigos, professores/as e estudantes que abraçaram minha causa e que me ajudaram a chegar até aqui. Fiz amizades valorosas que levarei para a vida toda, e tenho consciência de que também contribuí com minha causa, para o crescimento dessas pessoas, pois nos ajudávamos mutuamente.

Dois exemplos importantes dessa parceria estão na experiência que passo a narrar, e que surgiu da vontade de trazer pessoas que são estigmatizadas¹⁰, e que nem sempre conseguiram dar continuidade em seus estudos para dentro da Universidade, a fim de que pudessem contar suas histórias e serem reconhecidos pela comunidade acadêmica e pela sociedade como pessoas que são, normais como qualquer ser humano.

Tive desde o início, curiosidade pelos estudos de gênero e sexualidade que já estava aguçado. Recordo-me vividamente de um docente que oferecia um curso de extensão dedicado a essa área, direcionado tanto para professores/as quanto para a comunidade acadêmica em geral. Esse curso representou um ponto de partida crucial em minha jornada, fornecendo-me as ferramentas conceituais e teóricas necessárias para iniciar minha exploração nesse campo.

Inicialmente, mergulhei na leitura intensa de obras fundamentais nos estudos de raça, gênero e sexualidade. Esse processo de imersão na literatura acadêmica foi não apenas uma busca por compreender os debates e teorias existentes, mas também uma jornada de autoconhecimento, na qual busquei entender e contextualizar minhas próprias questões e identidade pessoal dentro desses discursos.

À medida que avançava em minha trajetória acadêmica, percebi que estava me (des)construindo constantemente. A exposição a diferentes perspectivas teóricas e experiências de vida desafiou minhas crenças e concepções prévias, levando-me a questionar e reavaliar continuamente minha compreensão sobre gênero e sexualidade. Essa (des)construção não foi apenas um processo intelectual, mas também emocional e político, que impactou profundamente minha visão de mundo e meu engajamento com questões sociais e políticas.

Tive que aprender a lidar com as adversidades e a defender meus direitos. Hoje, olho para trás me questionando com mais clareza as consequências dessas adversidades e com a maturidade, alguns posicionamentos seriam diferentes, a única certeza de que a educação é a chave para a transformação social.

¹⁰ Para maiores esclarecimentos sobre o uso do “x” sugiro consultar o artigo de Simone Becker (2022) na coletânea de homenagem à Sônia Weidner Maluf.

Minha história é um exemplo de que a superação é possível, mas a luta por um espaço universitário mais justo e igualitário precisa continuar a ser refletida por uma Educação Antirracista, como nos inspira Ângela Davis (2016), em diversos posicionamentos, que possa nos levar a mudar nossas concepções. "Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista".

Embora a Universidade se apresente como um espaço de saberes e de transformação social, o racismo estrutural (Almeida, 2021) se manifesta de forma persistente em suas diversas estruturas e práticas. Discursos oficiais de inclusão e igualdade coexistem com a invisibilidade de estudantes e professores negros, a reprodução de estereótipos e a perpetuação de desigualdades raciais.

Em uma de suas obras, “Mulheres, Raça e Classe” (2016), Ângela Davis, Filósofa e ativista-feminista negra, oferece um marco teórico fundamental para a compreensão do racismo na Universidade e para a construção de um espaço educacional antirracista, centrado na luta antirracista, a crítica à colonialidade do saber e a defesa da epistemologia afrodescendente são elementos essenciais de sua proposta.

Essa descolonização do saber se configura como um processo fundamental para a construção desse espaço antirracista. O currículo tradicional, marcado pela hegemonia eurocêntrica e pela invisibilidade de saberes e experiências afrodescendentes, precisa ser revisto e transformado com a presença de professores/as e estudantes negros/as é fundamental para a representatividade, permite a identificação e o empoderamento, além de desafiar estereótipos e promover a visibilidade de suas lutas e conquistas, assumindo um compromisso que exige o engajamento de toda a comunidade universitária - estudantes, professores, técnicos-administrativos e gestores.

A implementação de políticas de ações afirmativas, a revisão curricular, o combate à discriminação racial e a promoção da valorização da diversidade são medidas essenciais para a construção de um espaço universitário verdadeiramente antirracista, sendo um processo contínuo e desafiador (Bento, 2022). Que será mais debatido, em outros momentos, desse recorte.

Dando continuidade, apresento o segundo momento de minhas experiências como acadêmico, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cujo Câmpus está localizado na cidade de Naviraí/MS. Essa, nos idos de 2015 – quando dessas memórias, com aproximadamente 50 mil habitantes, com algumas indústrias, usina, frigorífico e comércios formais e informais, com boa parte de sua população caucasiana, e com forte

influência de comunidades japonesas, mas com presença também de indígenas, italianos/as, etc.

As práticas religiosas estão voltadas para as Cristãs, mas com uma parte espírita. A cidade comporta duas Universidades públicas, sendo uma federal e uma estadual, além de um Instituto Federal e uma faculdade privada com cursos presenciais (IBGE, 2015).

Essa breve descrição geográfica, se faz necessária para dar melhor entendimento ao cenário social, cultural, político e religioso da cidade, que como tantas outras pequenas cidades brasileiras apresentam valores conservadores e tem pouca propensão a mudança. Entretanto, é nesse espaço que no ano de 2015, foi realizado o 5º Colóquio de Ciências Sociais, juntamente com a VII Jornada Nacional de Educação de Naviraí/MS.

A proposta de uma roda de conversas: você tem medo de quê? Surgiu como uma das atividades para o evento, dada minha inquietação, e da coordenadora do curso de Ciências Sociais, à época, por acreditar na necessidade de abordar sobre as questões de gênero e das Transexualidades, questões pouco discutidas no Câmpus.

Eu já possuía um projeto engavetado, que não foi levado adiante porque faltava oportunidade e quem acreditasse. Eu precisava de alguém que estivesse com a mesma vontade de trazer e motivar os/as acadêmicos/as do Curso de Ciências Sociais, ao qual pertencço, mas, sentia necessidade de uma proposta diferenciada, que trouxesse essas pessoas, como porta vozes de suas experiências.

Com o acolhimento da Coordenadora do Curso, e com a oportunidade da ideia do minicurso sugerido por ela, com tema livre, foi lançado o desafio, e, a partir daí, fiz o convite aos/às amigos/as (Lunny Garcia, Fernando Muglia, Rodolfo Schenato, Ly Oliveira, Dani Machiavelli e outrxs), que abraçaram o projeto prontamente, e foram fundamentais na realização e concretização do evento, pontuando a contribuição e participação da Coordenadora do curso das Sociais (professora Telma Vaz).

Assim, trabalhando em parceria, conseguimos planejar e realizar o minicurso. Foram feitas algumas reuniões, nas quais decidimos o título, as melhores estratégias, a organização e os convidados que participariam da roda de conversas, estabelecendo assim, as parcerias necessárias.

De início, dentre os vários minicursos oferecidos naquela Semana Acadêmica, este foi o mais desacreditado, por boa parte da comunidade acadêmica (administrativo, alguns professores, diretor à época), e havia comentários como: “perda de tempo”, “as pessoas não vão se interessar por tal temática”, “não vai dar quase ninguém”, e coisas

desse tipo, que só nos ajudaram a fortalecer nossa vontade que esse minicurso se concretizasse de forma bem-sucedida.

Os comentários que surgiam eram sinal do conservadorismo, da intolerância e do preconceito velado existente no Câmpus, reflexo de uma sociedade conservadora e alienada em seus valores. Os convidadxs para a roda de conversa, e que dariam o minicurso, explicando conceitos ou expondo suas experiências de vida eram Trans, gays, lésbicas, *gender queer*¹¹, e, portanto, a parcela estigmatizada e invisibilizada da sociedade, e isso causava estranhamento por parte daqueles que desconheciam essa realidade.

Nos dias que antecederam o minicurso, quando buscávamos os/as participantes, que estivessem dispostos a narrar sua realidade diante da comunidade acadêmica, conhecemos vários lugares, ouvimos histórias de uma realidade que não estão nos livros científicos. Foi um momento de impacto, de se despir, (des)construir de várias formas de preconceitos que ainda poderiam existir. Diante dessas desigualdades, próprias da nossa sociedade, foi possível perceber que algunxs são mais estigmatizadxs, dependendo da classe social que pertença, até o preconceito, discriminação ficam mais velados ou mais evidentes. São as intersecções ou cruzamentos dos marcadores sociais da diferença que nos subjetivam, tornando-nos quem somos.

Nessas visitas surgiu a ideia, de pedir para uma menina travesti, fazer uma performance, pois ela havia relatado a vontade de realizar esse sonho, porém, não havia casas ou festas que a convidasse. Vimos então, a chance de proporcionar a ela, essa oportunidade, e mesmo temerosa, pelo ambiente da Universidade e as pessoas que iriam estar ali, ela aceitou o desafio.

Dentre as pessoas convidadas que dariam depoimentos, somente uma pessoa tinha a formação de nível superior, os/as demais não concluíram o ensino fundamental, pois acabaram desistindo dos estudos devido aos preconceitos sofridos, por terem suas identidades/expressões de gênero desrespeitas, sendo chamados/as de várias formas pejorativas tais, como: boiola, veadinho, bicha afeminada, traveco, dentre outros até então chocantes.

Os relatos também evidenciaram a falta de oportunidades de emprego, levando algumas pessoas para as ruas, para trabalhar como profissionais do sexo, para manter o sustento de suas famílias, e/ou comprar hormônios de forma “ilegal”, sem passar por uma

¹¹ *Gender Queer*: identidade de gênero não-binária de pessoas.

equipe multiprofissional, acarretando segundo relatos problemas em sua saúde (silicone inapropriado, alterações deformaram o corpo).

As pessoas desconhecem as políticas públicas voltadas para a saúde dos/as Trans. No município de Naviraí, não existe um centro de referência que possa esclarecer sobre os melhores métodos e/ou direitos assegurados dessas pessoas.

Muitas/os não procuram a rede hospitalar pelo constrangimento de serem chamados/as pelo nome que consta no registro civil, pois normalmente a equipe hospitalar desconhece e/ou não respeita a resolução que garante o uso do nome social, de forma que, por ignorância ou não, acabam desrespeitando um direito legítimo. A Resolução N° 12, de 16 de janeiro de 2015 (Brasil, 2015):

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Além disso, a própria Universidade, trata as pessoas Transgenerxs, de forma desrespeitosa, não aceitando as identidades de gênero. É visível o despreparo para com essas novas configurações que subvertem todo esse sistema patriarcal, machista, discriminatório.

O silenciamento é uma forma cruel de exclusão e penso que a Universidade deve ampliar seu campo de debate a fim de dar oportunidades às estas pessoas potencialmente discriminadas. Em Amara Moira:

[...] e ai quando volto pro meu outro mundinho, esse da faculdade, das pessoas supostamente inteligentonas, encontro as mesmas escrotices de sempre, só que feitas de maneira sutil, piadas com apologia e naturalização do estupro, homens desfilando orgulhosos suas amantes, se divertindo em considerar cada mulher como uma possível presa, silenciamento de mulheres (se” você não sabe se impor nesse mundo de homens, então cale a boca e escute”), o profundo foda – se que ligam para a situação particular que muitas delas enfrentam na universidade[...]. (Moira, 2016, p. 95).

Por tudo isso, queríamos que o local específico, onde seria realizado o nosso projeto tivesse a “cara” da temática proposta, e o enfeitamos com a bandeira do Arco-íris,

colocamos músicas estilo “bate- cabelo¹²”, na espera que tudo ocorresse bem, que fosse um momento não só de reflexão, mas de (des)construção de paradigmas.

Para muito/as seria o primeiro contato com a temática e a performance “bate-cabelo”, da querida Angélica Alves, que trouxe contribuições importantes de uma vida de superação. Contamos, também com a presença e depoimentos da mãe de Angélica, Dona Maria, e de outros convidados de igual importância, mas que por falta de autorização, não serão mencionados aqui.

No primeiro momento, após a abertura feita pela professora Telma Vaz, conversei brevemente sobre a importância do feminismo e de toda sua contribuição para os estudos queer e das transexualidades. Minha fala baseou-se não só na teoria, fundamental, mas também em minha própria convivência com pessoas LGBTQIA+. Nós, tivemos a contribuição da estudante de Psicologia Daniela Peño Paiva, do Câmpus do Pantanal, que nos falou com muita propriedade sobre *Gender Queer*, contribuindo de forma muito significativa, esclarecendo os conceitos sobre a temática.

As pessoas ali presentes estavam curiosas, levantando questões de suma importância, para o esclarecimento ou para gerar mais dúvidas sobre o que estava sendo comunicado. A professora Telma Vaz intermediou as discussões. O público estava formado por boa parte da comunidade acadêmica, dos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais, e Direito, bem como da comunidade externa. Contamos, com pessoas com identidades de gênero diversas, como heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transgenerxs e *gender queer*.

Diante das dúvidas levantadas os significados e diferenças entre identidade, orientação afetiva, binarismos, transexualidades, dentre outras, mesmo porque, estava começando algumas visibilidades em torno destas questões, e proximidade com a Angélica e os outros participantes, com suas vivências, de conseguir “sobreviver” e ter forças para resistir as violências vividas no cotidiano, e quais tinham maior probabilidade de sofrer com os estigmas da cidade, dentre tantas outras curiosidades. Avanços um pouco do horário estabelecido, dando uma pausa para o “coffe break”, momento que consideramos importante, de interação entre a comunidade que ali estavam e todas as vozes representadas.

¹² Movimento criado pelas travestis e drag queens brasileiras, na qual fazem suas apresentações girando sua cabeça freneticamente, batendo o cabelo.

1.4 Relato de experiência – Você tem medo de quê?

Devo lembrar que o destaque dado aqui à narrativa de Angélica e sua mãe foram autorizadas pelas mesmas, que fizeram questão inclusive, de serem retratadas em fotografia, conforme mostra a imagem abaixo. Os demais participantes não foram localizados e/ou não autorizaram a divulgação de seus nomes e imagens de forma que não serão identificados e/ou mencionados nesse relato.

Imagem 01: Angélica e sua mãe, Dona Maria



(Prates, 2015)

A segunda parte do curso, portanto, deu-se com a “roda de conversa” propriamente dita, começando com o depoimento de Angélica, que relatou sua história de vida junto a sua mãe, ambas intercalando suas falas, e respondendo às perguntas, pois todos queriam saber como é a vida de uma travesti, sua trajetória com a travestilidade em uma cidade conservadora.

Dona Maria fez um relato comovente sobre o seu esposo (falecido) que maltratava Angélica por querer vestir roupas femininas e andar como uma mulher. Ele lhe fazia ameaças de morte e a expulsou de casa. Dona Maria por amar muito a sua filha, não aceitou e escolheu ir embora com Angélica. Ao ser expulsa de casa, Angélica precisou largar seus estudos, foi parar nas ruas para sustentar sua família.

Depois de alguns anos, o pai de Angélica ficou gravemente doente, e Angélica cuidou do pai, até a morte do mesmo, embora este não lhe reconhecesse como filha evitando olhar para ela até o fim.

Dona Maria, mulher sofrida, católica, negra, empregada doméstica, nos mostrou tamanho gesto de amor, de largar seu esposo, numa sociedade machista, em uma cidade pequena, numa época em que a mulher separada era “malvista”, mesmo assim, largou tudo para viver ao lado da filha. Ela ainda tem/tinha dificuldade em se referir à Angélica no gênero “feminino”, ao mesmo tempo fica evidente o respeito diante da transição de Angélica, bem como a exposição de sua dificuldade para nós naquele momento.

Angélica, negra, travesti, parou seus estudos no ensino fundamental. Pertencente a uma classe social de baixa renda, assumiu a responsabilidade de manter a sua família, encontrando alternativa de sobrevivência no trabalho sexual e doméstico, batalhava nas ruas, e sofreu todo tipo de violência e perigos próprios da sua profissão. Sua mãe é ciente de sua profissão, pede para que ela se proteja e tome cuidado com os perigos da noite. “[...] a experiência da rua se torna mais parecida com uma experiência de abuso, violência. [...]”. (Moira, 2016, p. 95).

Angélica relatou que quase morreu atropelada, sem um “motivo” aparente, entre as outras violências sofridas, que lhe deixou várias marcas físicas e emocionais, precisou ficar internada por um bom tempo. Mas, por falta da legalização de uma legislação voltada para as questões de transfobia, fora registrado como um “acidente” ou “briga de rua”.

Dona Maria relatou que gostaria que Angélica saísse das ruas, que tivesse outras oportunidades, mas entende que é o meio de sobreviverem, apesar de todas as circunstâncias da vida. Angélica deixa claro, ser uma pessoa que não faz nada de errado, e nem mal a quem quer que seja, que nunca pegou nada de ninguém, mas que as pessoas julgam bastante seu caráter e sua forma de “ganhar a vida”. Conforme explica Louro:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um (a) deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 1997, p. 23-24).

O relato de Angélica e de Dona Maria nos fez perceber o desconforto por parte de alguns que ali estavam, mas, também a mudança causada, por verem uma pessoa, que sofreu com tentativas de homicídio à época, expulsão de sua própria casa, ignorada e

agredida pelo próprio pai, sofreu e sofre toda forma de violência verbal, psicológica, física.

Mas, que apesar dos julgamentos – principalmente pela sua forma de vestir, andar, e trabalhar –, ali existe um ser humano, com família, digna e honesta, uma pessoa marcada pelas diversas circunstâncias da vida, e que nem por isso perdeu a alegria de viver e a vontade de dar a volta por cima e conquistar uma vida melhor para a sua família.

É preciso que se entenda que não se trata de uma escolha, trata-se de vidas, de pessoas, que têm o direito de se olhar em um espelho e se enxergar¹³ como realmente se é, e é justamente esse processo que gera a intolerância desnecessária, cuja origem está na ignorância e no preconceito, fruto da ignorância e da transfobia da realidade. Sobre isso:

Distinguem-se duas etapas nos percursos passionais do ódio do sujeito intolerante, que, em geral, ocorrem juntas nos discursos. A primeira é aquela em que o sujeito se torna malevolente em relação ao outro, que, “diferente”, não cumpriu o contrato de identidade, e benevolente em relação à pátria, aos iguais, aos idênticos. Essa primeira etapa, a mais passional da intolerância, é a do preconceito. A segunda fase, a da intolerância propriamente dita, é aquela em que o sujeito preconceituoso passa à ação, ou seja, age contra o outro, que ele considera o causador de suas perdas e que odeia. (Barros, 2015. p.64).

Assim, é importante frisar que “não se nasce mulher, torna-se”, frase emblemática de Simone de Beauvoir, em Segundo o sexo (1980, p. 09), nos faz refletir sobre as questões da (des) construção do corpo, das performances, (Butler, 2003), as identidades trans (Bento, 2001), corpo e o ambiente da escola (Louro, 1997; 2003; 2004), a sexualidade (Foucault, 2005) e toda uma literatura voltada para a compreensão das questões de gênero, dos empoderamentos como a criação da Lei de Identidade de Gênero (Nery, 2013; Moira, 2016) e as questões de cidadania e visibilidade trans, tornam -se sujeitos/as mais conscientes.

Esse empoderamento que vem das ruas, pois, sim, é lá que estão dando a cara a tapa e enfrentando todos os tipos de violências e opressões, para que hoje, as pessoas estigmatizadas tenham a oportunidade de estar neste espaço, o de uma Universidade pública, gratuita, elitizada, burguesa, heteroscisnormativa. Uma sociedade reprodutora de privilégios sociais, sim, mas que pouco a pouco vem mudando, pois não podemos esquecer que conseguimos chegar neste lugar antes reservado para homens e mulheres heterossexuais, brancos/as e ricos/as.

¹³ Em meio ao atravessamento e turbilhão de sentimentos que nos subjetivam.

Diversos relatos ocorreram, e de novo, tivemos o impacto da realidade ante a nossa face, de pessoas que atentaram contra a vida do outro por ser homossexual. Uma violência desnecessária, gerada por uma ignorância desmedida, desrespeito a quem se relaciona homoafetivamente, evidenciando a outra face, a fragilidade da masculinidade, de uma sociedade machista, que procura estabelecer modelos aceitáveis, e quem subverte essa lógica, parece deslegitimar os conceitos morais e éticos, construídos arbitrariamente sem considerar as diferenças. Assim, a sociedade machista, heterocisnormativa, racista, e intolerante professa os valores cristãos e conservadores, para manter um sistema opressor e desigual, suscitando a violência em vários sentidos¹⁴.

Outros relatos importantes seguiram ao de Angélica e Dona Maria, como o de um homossexual, jovem, de classe média, de família tradicional na cidade, que assumiu sua sexualidade, se formou e hoje que é concursado em um órgão público.

Seu depoimento é importante na medida em que também menciona as violências sofridas causadas pelos preconceitos – o que mostra que por ser branco e de classe média não está livre do estigma – mas, também porque consegue desafiar as normas sociais, não sem sofrimento, deixando claro que a violência não depende só da classe social, se bem que essa é ampliada na medida em que a pobreza e a cor da pele falam em um país na qual a educação não é prioridade. Conforme explicou uma vez mais Guacira Lopes Louro:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um (a) deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 1997, p. 23-24).

Na roda de conversa foi perguntado como conseguiu se perceber dentro do armário, e como sua família tradicional lidou com a situação quando resolveu “assumir” sua homossexualidade. A resposta é importante, pois revela que, apesar de a cidade parecer estar se modificando e crescendo, com menos intolerância e preconceito, as opressões persistem e as pessoas parecem continuar as mesmas.

Para esse jovem gay, o preconceito está em todo canto, e na família não foi diferente. Tudo aconteceu num processo de negação, pois a forma de exercer sua sexualidade era algo penalizante, tanto pela sociedade que pune toda forma desviante do

¹⁴ Não sem hipocrisias.

padrão, como da família com sua base nos preceitos cristãos, que lhe impõem o jeito correto de ser e se portar, como os papéis de gênero definidos: um menino tem que (ser macho, ativo, forte, provedor, jogar bola, protetor, etc.) e uma menina (frágil, do lar, brincar de bonecas, delicada, etc).

Em todos os relatos ficou claro a importância de espaços voltados para quem sofre com os estigmas sociais, ambientes que permitem as pessoas ser quem são, nos quais sentem-se acolhidos, podendo demonstrar suas fraquezas, dores, alegrias, afetos, onde podem ser livres, sem o medo de sofrer algum tipo de violência, física, verbal ou emocional. O momento da roda de conversa mostrou que quem tem medo são aqueles que não compreendem a realidade ou que fazem questão de ignorá-la.

O segundo momento que destaco em minha trajetória na Universidade foi a realização de um Projeto de extensão, com o tema “Gênero, diversidade sexual e identidades de gênero: você tem medo de quê?”, mais uma vez coordenado pela professora Telma Vaz, em parceria com outros professores, e participação de alunos e alunas dos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia, que levaram adiante uma proposta minha, de continuar os debates iniciados na “Roda de Conversa: você tem medo de quê?”, Com a participação de especialistas no tema da diversidade sexual e de gênero.

O objetivo foi o de ampliar e aprimorar o debate acerca da temática com a comunidade externa, a fim de contribuir para a compreensão dos direitos sociais das pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade e/ou de risco por não terem seus direitos respeitados.

A metodologia adotada nos encontros para o gerenciamento das atividades do curso de extensão se realizou na perspectiva de rodas de conversas quinzenais, nas quais foram discutidos assuntos relevantes acerca do gênero, direitos, cultura e educação, família homoparental, sexualidades, entre outros.

O público-alvo foi composto por professores/as internos e externos a universidade, estudantes/alunos/as do Ensino Médio, de graduação e pós-graduação, professores/as da rede estadual e municipal de Naviraí e região, gestores/as e demais profissionais da educação, militantes, ativistas, coletivos de gênero e a comunidade local.

Por motivos pessoais, e alheios a minha vontade, não pude participar de todos os encontros de desenvolvimento do projeto, mas fiquei feliz em ser ouvido, por saber que essa luta também é, segundo a professora Telma Vaz, de professores e professoras que abraçam a causa da igualdade de gêneros e sonham com uma Universidade para todos. Isso me dá esperança, e sigo em frente em prol dessa causa.

2. ENSAIO II: SER NEGRO! O PROCESSO DA VIOLÊNCIA CONTINUADA

O título ser negro com o ponto de exclamação, se justifica por todo processo que as pessoas negras têm ao afirmarem sua identidade e levar como uma luta política, durante toda sua trajetória. Ser negro hoje é enfrentar as mazelas que são impostas a todo instante e resistir, ou seja, lutamos para não virar estatísticas.

Antes de adentrar nas violências institucionais, escolares que são, políticas e sociais, devemos compreender alguns significados conceituais de preconceito, discriminação e racismo, com base em Silvio de Almeida, no seu livro intitulado “Racismo estrutural” (2021, p. 32). Ele nos diz que:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta.

Após, entendermos esses conceitos que pessoas pretas vivenciam dessas diversas formas, seja, oral, física e/ou econômica, precisamos destacar, que as ações estruturadas desse sistema e suas imposições, que ao longo da história foram socialmente, politicamente e economicamente se modificando. Houve modificações quanto à mobilidade social das pessoas pretas¹⁵, e é necessário olharmos atentos.

A atenção quem nos dará serão as intelectualidades que nos suportam nessa dissertação. Que nos dão o sustento para também falar sobre a repetição das opressões, mas, que ainda assim essa parcela da população que teve seu lugar reservado, longe dos olhares da classe dominante, e ainda assim, o lugar reservado sem recursos, ou políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento, espaços periféricos, sempre à margem da sociedade, comunidades, morros, favelas, tendo essas áreas naturalizadas e bem

¹⁵ Aqui nos referimos às pesquisas e produções sobre as ações afirmativas em efetivação no Brasil desde início do século XX. Para maiores aprofundamentos sugerimos imersão no levantamento das políticas afirmativas feitas pelo grupo GEMAA nas universidades públicas brasileiras (Freitas et al, 2022) e o relatório sobre desigualdades raciais de 2022 (Campos et al, 2022).

delimitadas. Que “justificaria” toda violência e desigualdade estrutural? De acordo com Alba Zaluar, (1999, p. 6).

A violência estrutural passa a ser distinguida das outras formas de violência: a institucional, a doméstica, a interpessoal (sic). A dificuldade principal desta abordagem é que violência torna-se um sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou a discriminações de cor e de gênero.

A camada da população negra e pobre, que foram lançadas a “deus dará”, continua sofrendo com a violência e exploração. Com a falta de oportunidades muitas vezes carregadas das marcas de serem quem são, e devido às desigualdades impostas pela sociedade precisa de novas configurações para acabar com o racismo.

Ao enfatizar a continuação dos sofrimentos e das opressões, não desconsideramos os avanços no tocante às políticas públicas que envolvem, por exemplo, as ações afirmativas no ensino superior brasileiro.

Para ser antirracista, é preciso mexer nas estruturas enraizadas na/da nossa sociedade, com ferramentas apropriadas, que possam fazer com que as pessoas não negras¹⁶, brancas (Bento, 2022) entendam seu lugar de privilégio, e compreendam que a luta e a responsabilidade são de todos, só assim, poderemos criar possibilidades de acabar com o racismo estrutural.

De acordo com o jurista e filósofo negro, atual Ministro dos Direitos Humanos do Brasil, Silvio Almeida:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. (Almeida, 2021. p. 40).

Enquanto não houver mudanças profundas nessas estruturas, os dois fatores determinantes, o racismo e o preconceito, que tendem a eliminar e segregar cada vez mais as pessoas negras, irão perpetuar sempre, e as diversas formas de discriminação e opressão, combinadas ao racismo estrutural, arraigado nas instituições, políticas e nas

¹⁶ Eis os privilégios da branquitude.

estruturas sociais da sociedade, farão com que de forma sistemática as desigualdades se evidenciem, sendo necessário repensar toda essa realidade para que assim, haja alguma mudança que altere esse cenário que vem sendo sustentado ao longo dos séculos. Por uma lógica Capitalista, que lucra com toda essa estrutura de poder. No final de seu livro, racismo estrutural, Silvio recorre ao intelectual David Harvey – em a Condição Pós-Moderna para expor sobre crise e capitalismo:

o capitalismo possui dificuldades que devem ser negociadas com sucesso para que o sistema permaneça viável. A primeira é a “anarquia” do mercado na fixação de preços. Já a segunda, é a “necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas” (Almeida, 2021, p.200).

Pensar sobre estas questões das violências continuadas contra pessoas¹⁷ negras, em um país, como o Brasil, que vive o processo hegemônico, colonialista e genocida/etnocida (Clastres, 2004) que se conserva em meio a uma negação da “verdadeira história”¹⁸ de todo procedimento que foi a escravidão e a falsa libertação. Isto porque, deixaram tais corpos-almas¹⁹ em situação de miséria e muitas vezes sem subsistência, que reflete nos dias de hoje a falta de ascensão e ocupação em espaços de poder, até então destinados aos brancos.

Friedrich Nietzsche, em seus escritos na obra, a “Genealogia da Moral” (2009), nos antagonismos entre o bem e o mal, diz que o bem foi criado por quem detém riquezas, como algo puro, enquanto o mal é relacionado às pessoas negras, algo ruim, sem valor. Binarismos que retratam a desumanização da maioria em benefício da minoria. Já diria o rapper (intelectual) Baco Exu do Blues, em *bluesman*, “Temos menos valor por ser maioria? A ironia da maioria é virar minoria!” (Blues, 2018). Minoria de acesso a direitos, portanto, à informação, à educação, à cidade, (...). Retrata bem, como essa questão se faz necessária de ser re-pensada diante dessas construções, que foram e são perpassadas ao longo do tempo como se o negro não tivesse alma/psique, sendo negado a sua humanidade.

O que o filósofo Friedrich Nietzsche destaca é o quanto a binarização da vida (certo ou errado/ bem ou mal/ homem ou mulher etc.) e seus consequentes castradores de

¹⁷ Com a palavra “pessoa” desejamos englobar homens, mulheres e corpos dissidentes (LGBTQIAPN+).

¹⁸ Que não se confunde com a “oficial” constante nos livros didáticos.

¹⁹ Não somente, pois há que se lembrar sempre de pessoas indígenas, ciganas, dentre outras tornadas abjetas e objetos. Mas neste trabalho consideramos a negritude como foco.

fluxos mata e dizima. Esse duo, bem ou mal, normatiza a unidade como alcançável e não o múltiplo. Diferença entre dualidade e binarismo. Essa enaltece a unidade e a universalização de direitos, aquela, a multiplicidade de existências vivas e reprodutoras de outro social, anticapitalista, sobretudo. O que são os direitos universais que não também, a redução ao binarismo à medida que há uma unidade que prevalece como a norma e o normal? Quem dita a norma? Quem dita o que é normal?

Reproduzo um dos trechos do clássico “Genealogia da Moral” (Nietzsche, 2009, p. 65), no qual a “origem” da “culpa²⁰” e sua funcionalidade para o sistema capitalista são esmiuçados pelo filósofo alemão. A história linear e sequencial de “progresso” da civilização ocidental é sinônimo de “má consciência” e de mortificação da animalidade humana, voltada ao invés da expansão frente à nossa capacidade de simbolizar a vida e de senti-la pelo máximo de “sentidos” (olfato, visão, tato, ...) para a subjugação e objetificação.

Não subestimemos em que medida a visão dos procedimentos judiciais e executivos impede o criminoso de sentir seu ato, seu gênero de ação, como repreensível *em si*: pois ele vê o mesmo gênero de ações praticado a serviço da justiça, aprovado e praticado com boa consciência: espionagem, fraude, uso de armadilhas, suborno, toda essa arte capciosa e trabalhosa dos policiais e acusadores, e mais aquilo feito por princípio, sem o afeto sequer para desculpar, roubo, violência, difamação, aprisionamento, assassinio, tortura, tudo próprio dos diversos tipos de castigo - ações de modo algum reprovadas e condenadas *em si* pelos juízes, mas apenas em certo aspecto e utilização prática. A "má consciência", a mais sinistra e mais interessante planta da nossa vegetação terrestre, *não* cresceu nesse terreno - de fato, por muitíssimo tempo os que julgavam e puniam não revelaram consciência de estar lidando com um "culpado". Mas sim com um causador de danos, com um irresponsável fragmento do destino. E este, sobre o qual, também parte do destino, se abatia o castigo, não experimentava outra "aflição interior" que não a trazida pelo surgimento súbito de algo imprevisto, como um terrível evento natural, a queda de um bloco de granito contra o qual não há luta (Nietzsche, 2009, p. 65).

²⁰ Aspeio origem e culpa porque são palavras com sentidos múltiplos e não únicos. Quanto à origem é Friedrich Nietzsche quem inspirará Michel Foucault no uso problematizado do termo genealogia. Ou seja, traçar a genealogia não é a busca pela origem que se construiu no ocidente como algo único, mas por sentidos que se constituem múltiplos à medida que são relacionais no exercício dos poderes. Esses, que produzem saberes e verdades que são plurais. Tal como o mesmo filósofo expõe, por exemplo, em Gaia Ciência.

Retenhamos uma das principais contribuições de Friedrich Nietzsche para a humanidade e para a “filosofia da diferença”²¹: o quanto viver é implicarmo-nos na condição de nossa animalidade humana, com o máximo de afetações que no nosso corpo e na alma temos a capacidade de significar, em prol e não contra os demais seres vivos (Mosé; Homem, 2021). Como nos ensina Michel Foucault (2010), o Estado Moderno se faz a partir da violência das engrenagens do fazer viver ou do deixar morrer / do deixar viver e do fazer morrer de alguns em detrimento de outros tantos. Esses e outros tantos são os/as desumanizados.

Podemos agora apresentar a problemática de pesquisa-ensaio. A pessoa negra, quando retirada do seu lugar de origem passa a sofrer as piores mazelas, de desumanidade e discriminação, pois vivenciaram os estigmas de uma sociedade europeia, colonizadora, que cometeram as piores violações, com o intuito de roubar e saquear uma nação inteira, com toda sua diversidade, simplesmente pela cor, gênero, classe social.

Desta forma, podemos agora perguntar: qual o lugar da pessoa negra e pobre no Brasil? Note-se, aqui, que há um breve deslocamento, ou melhor, incremento da análise de classe social e raça. Como diz Carla Akotirene em sua obra “Interseccionalidade”:

Conforme dissemos, é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito moderno, discriminadas à dignidade humana e às leis antidiscriminação. (Akotirene, 2019. p.37).

Analisar essas questões de um contexto totalmente capitalista (neoliberal) com suas implicações, como a propriedade, para Marx e Engels (2010, p.14) que essas relações se produzam por meio do trabalho, da exploração, logo vivenciando seus antagonismos, que só existem por uma lógica de apropriação, colocando quem não detém os meios de produção, em uma relação de exploração, sem direitos e condições.

Diante de todo o contexto apresentado, sendo instigado a entender melhor alguns conceitos, principalmente, relacionados às questões que irão contribuir para a escrita desta dissertação, que segue questionando essas estruturas que ainda insistem em serem violentas e desumanas. Ou seja, no sentido de conservar uma moralidade repressora, de

²¹ Congrega, grosso modo, intelectualidades como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jacques Derrida, dentre outros contemporâneos como Judith Butler, Paul Beatriz Preciado, etc, cujo acento nas pesquisas e produções de conhecimento reside na multiplicidade de perspectivas que a diferença entre os humanos produz positivamente e não a reiteração dos discursos por igualdade e unidade. Uma das inspirações dessas intelectualidades também é Friedrich Nietzsche.

um sistema Capitalista, Heterocisnormativa, que precariza cada vez mais a vida das pessoas negras, pelo simples fato de existirem e se posicionarem contra tudo isso que é imposto “goela” abaixo.

Como destaca Judith Butler, numa entrevista à Boitempo, divulgada pelo Youtube, O que é Marxismo Queer, em 2021:

Agora, a primeira coisa que eu quero falar é que essa família é uma ideia muito branca, muito de classe média. É uma propriedade, é uma ideia de família que tem como base a propriedade e o privilégio masculino. Mas isso também nos restringe em termos de gênero. De que gênero você pode ser dentro dessa família? Sexualmente, quem você pode amar no mundo se você está fora do domínio heteronormativo? E o que acontece com pessoas que não podem ficar em casa porque a casa é um local de violência ou de restrição, ou onde sua sexualidade e gênero são atacados ou diminuídos? Então para muitos de nós, eu inclusa, sendo uma criança queer na rua procurando por um lugar para dormir... Essa é uma forma de despejo, é uma forma de não ter um abrigo, de não ter suporte. Às vezes sendo excomungado da sua família. Eles nunca falam com você, eles não vão te mandar dinheiro, não se importam se você está vivo ou morto. Essa é uma violência muito grande que é perpetuada pela forma familiar. E que é exacerbada com a estrutura capitalista, onde pessoas despejadas não tem nenhum direito, onde um teto não é fornecido, onde atendimento médico não é fornecido. Então essas pessoas se tornam extremamente precarizadas. Elas talvez não correspondam à ideia convencional do proletariado, mas elas são os "precarizados". E esse talvez seja o termo que precisamos usar para definir esse vasto número de pessoas, incluindo os imigrantes, os indígenas que foram abandonados pelo Estado conforme os Estados se juntaram ao capitalismo para acumular riquezas e aumentar suas carteiras (Butler, 2021).

Ela narra que foi despejada de sua família onde aquele cenário era totalmente violento. Para essa condição podemos direcionar os povos negros, mulheres, indígenas, ciganos onde o próprio estado torna suas ações violentas, levando estas camadas da sociedade para os lugares subalternos. Agudizando ainda mais a precariedade de suas vidas.

Partindo dessa consideração, tendo o privilégio de poder conhecer literaturas que darão embasamento para contestar as coisas como estão dispostas e que nem sempre são feitas para quem tem Direitos e são constantemente desumanizados e invisibilizados. Pensar que todo esse processo hegemônico foi e é baseado apenas no lucro, por que não dizer no ódio? Sim, no domínio da superioridade e crueldade, em retirar um povo do seu lugar ancestral, do convívio e da possibilidade de preservar tudo que estava à disposição? Aliás, o que faz essa parcela da sociedade se sentir superior aos demais, que não possuem

as mesmas riquezas e oportunidades? Que foram os primeiros opressores, ao se sentirem no Direito de Desumanizar toda uma nação, em prol de sua ganância e exploração.

Nunca foi questão de uma ajudinha, mas de reconhecimento e respeito, da diminuição das desigualdades. Como ressalta Berenice Bento (2018), o estado ao invés de criar condições para essas pessoas, esse sistema contribui para o extermínio das mesmas.

Isto fica claro, que mesmo depois de todo processo de aniquilação e submissão das pessoas negras, com o comércio em ascensão, industrialização ganhando espaço e necessitando de pessoas que executassem e produzissem em larga escala, os/as negros/as já se organizavam contra tudo isso. Do contrário que a “história” hegemônica que insiste em querer se reproduzir ao logo dos tempos, colocando os/as “escravizados/as” como passivos/as, conformados/as, não condiz com as revoluções feitas contra esse sistema (Williams, 2012, p. 8). Claro que diante de tudo isso, não seriam donos/as de alguma propriedade ou teriam o “poder” de compra. Tendo que fugir para locais que pudessem tentar sobreviver. Longe das perseguições, procuraram lugares que dariam uma certa segurança.

Tudo isso já não seria possível permanecer “escravizando”, tinham que ter outras formas, mesmo porque em outros lugares já estava sendo contestado, e com a tal “libertação” das pessoas negras, era o início de uma nova era, um momento diferente para todos/as os/as negros/as, era para ser, dando condições como a propriedade, trabalhos remunerados, moradias, tudo que fosse necessário para iniciarem uma vida a partir do zero, reconhecer todo processo desumano que receberam.

Na realidade isso não aconteceu, só mudou a forma como tudo estava sendo conduzido, e hoje podemos notar o lugar que foi e é reservado, com estatísticas que além da precarização em todos as esferas e o extermínio desta população.

Tentar responder tantas inquietações é um desafio, visto que a situação do povo preto está cada vez mais vulnerável, em todos os campos, seja de políticas públicas que reconheçam historicamente, que a sociedade brasileira foi fundada por mãos que foram desumanizadas, maltratadas e retirada de direitos humanos, que já estava acontecendo em outras partes do Mundo, com as revoluções francesa, das indústrias – vulgo industrial. Esse sistema causou e causa um enorme sofrimento às pessoas negras, que foram arrancadas de suas terras, de suas famílias e de suas “culturas”.

É importante lembrar que a violência imposta às pessoas negras não é apenas física, psicológica, econômica, mas também simbólica. O racismo, por exemplo, é uma

forma de violência que nega a humanidade das pessoas negras. A segregação racial é uma forma de violência que separa os negros dos brancos e os impede de participar plenamente da sociedade. A violência policial é uma forma de violência que mata e encarcera os negros de forma desproporcional.

É fundamental que reconheçamos e combatamos a violência imposta às pessoas negras. É preciso falar sobre esse tema e denunciar as desigualdades que ainda existem. É preciso lutar por um mundo em que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade e respeito.

A escravidão era vista como um mal necessário, por um sistema que se beneficiou, pela crescente exploração, saqueando a riquezas de países, como o Brasil e a África, comercializando os corpos negros, claro que não somente, não devemos esquecer dos donos da Terra, que sempre estiveram aqui e continuam resistindo: os povos indígenas. Necessário refletir sobre essa parte da História e todo processo que deveria já ter sido extinto. Ainda, podemos citar o racismo, a segregação racial e a violência policial, que continuam a afetar os negros em todo o mundo. Mas, não é só sobre esse processo de aniquilação do povo preto, e sim da resistência e da superação, mesmo que a estrutura insista em negar. Afinal, como diria Michel Foucault a partir da decantação dos clássicos: onde há dominação sempre haverá resistência.

A remissão à Michel Foucault é uma importante reflexão sobre a natureza da dominação. A história das pessoas negras é uma vida de resistência e superação. Mesmo diante de todas as adversidades, o povo preto sempre lutou por seus direitos. Importante refletir sobre esse tema e sobre as formas de combater o racismo. A educação é uma ferramenta fundamental para a promoção da igualdade racial. É preciso educar as pessoas sobre a história da escravidão. A luta contra o racismo é uma luta de todos. Necessário que cada um faça sua parte para construir uma sociedade mais justa e igualitária. “Nunca foi fácil, E nunca será, para o povo preto, do preconceito se libertar, Sempre foi luta Sempre foi porrada, contra o racismo estrutural, Barra pesada”(Renegado; Soares, 2021).

O trecho da música de Renegado na cantoria com Elza Soares é uma importante reflexão sobre a luta contra o racismo. Nos fazem lembrar, que o combate ao racismo é uma luta de longa data, que vem se desenrolando desde os tempos da escravidão, demonstrando que desde então, não tem sido algo fácil, e nem será, mas é uma luta que é essencial para construir uma sociedade menos desigual, também lembra que o racismo estrutural é uma barreira que dificulta a ascensão social das pessoas negras e que se

manifesta de diversas formas, desde a discriminação no mercado de trabalho e na educação, até a violência policial.

Este recorte temporal (por mim aqui esboçado) já engloba o evento importante da pandemia disparada pelo Coronavírus e suas mutações. Eis a Covid-19, emergente no Brasil em abril de 2020 – e mundo adentro, cuja decretação de fim foi anunciada pelo genocida do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, mesmo à revelia da Organização Mundial da Saúde – OMS.

Governo Bolsonaro decreta fim do estado de emergência por pandemia da Covid-19. Sem respaldo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e contrariando a recomendação de especialistas, o ministro da saúde, Marcelo Queiroga, decretou neste domingo, 17 de abril²², o fim do estado de emergência no país pela Covid-19 (Sintiefal, 2022).

Indo para o relatório das desigualdades sociais produzida pelo GEMAA– Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, ao longo do mesmo, “evoluções” quanto à diminuição de dadas desigualdades sociais ocorreram.

A distribuição dos brasileiros nos diferentes estratos educacionais, dos sem escolaridade ao ensino superior completo, também viveu mudanças acentuadas. Os patamares de escolaridades cresceram para todos os grupos raciais. Os brancos e amarelos, no entanto, concentram-se de forma desproporcional nos níveis mais elevados, superior completo e incompleto, ao passo que pretos, pardos e indígenas preponderam em todos os demais níveis (GEMAA, 2022, p. 11).

E a pandemia da Covid-19 no relatório do GEMAA? O cuidado na pesquisa se faz à medida que os esclarecimentos são justificados:

É visível também um pequeno refluxo no ano de 2020, durante o ápice das políticas de distanciamento social criadas para lidar com a pandemia da COVID-19. Essa pequena variação positiva, contudo, deve ser olhada com reticências, antes de qualquer atribuição de significado substantivo: a diferença mal atinge o patamar de significância estatística, não sendo distinguível de um ruído amostral. Isso não significa que a pandemia não tenha tido consequências sobre este fenômeno, mas que talvez seja necessário tempo para adequadamente mensurá-las. Como veremos, no curto prazo, a pandemia da COVID-19 afetou as desigualdades raciais sobretudo no mercado de trabalho. Houve não apenas uma reversão de alguns avanços recentes, mas também aumento das desigualdades entre os grupos raciais, em alguns aspectos (GEMAA, 2022, p. 11).

²² Do ano de 2022.

As desigualdades foram agudizadas com o advento da pandemia de acordo com pesquisas qualitativas, em especial, etnográficas (Crespe, Silvestre, Becker, 2021), em relação às pessoas negras, indígenas e desfavorecidas economicamente²³.

As pessoas indígenas, pretas, pardas e negras²⁴, são vítimas desse processo estruturante nacional, que fizeram com que os espaços fossem negados, empurrando para as periferias, sofrendo com todo histórico político-social que marginaliza seus corpos, marcando suas vidas. Como?

Não dando condições de uma vida com qualidade, empregos com salários justos, não sofrendo com as paradas diárias de uma polícia despreparada, diante desses fatores que violentam e se torna a causa do racismo Institucional, como ressalta Silvio Luiz de Almeida:

No racismo institucional, o que se observa é a presença massiva de determinado grupo étnico-racial nas instituições, o qual irá trabalhar para fortalecer e manter esse grupo determinado no poder. Nessa forma de racismo vimos o legislativo, o judiciário, o executivo, as reitorias das universidades e grandes corporações aparelhadas com pessoas do grupo hegemônico (Do Prado apud Almeida, 2020).

Diante desse reflexo, voltando o olhar para todas essas inquirições e entendendo que as desigualdades são um processo histórico com (des)continuidades, herdado por um período sangrento, no qual suas marcas produzem consequências violadoras até os dias atuais contra os corpos pretos/pardos/negros. Isto é, na qual a pessoa preta sofre todo tipo de preconceito e discriminação, por um Estado permissivo, que dita quem deve ou não morrer. Eis o conceito de racismo para Michel Foucault, em sua obra-seminário “Em defesa da sociedade” (Foucault, 2010): o corte entre os que vingarão e os que não vingarão. Negando-se o acesso à Educação, e empregos formais igualitários.

Mesmo sendo a maioria da população, a camada mais vulnerável da sociedade, algumas indagações deveriam ser feitas e/ou questionadas. Como o fato, de não ver pessoas pretas representadas em espaços de poder no cômputo geral, é um retrocesso e um racismo que se perpetua como pilar de uma sociedade.

²³ Por esse sistema/cistema capitalístico. O sistema é escrito também com “c” face à cisgeneridade que deve ser observada quanto aos padrões heterossexuais impostos a todos. Para maiores esclarecimentos, ver artigo do cientista social Tiago Duque (2022).

²⁴ Usamos pretos e pardos conforme o IBGE agrupa a população negra, mas sem rigidezes.

Novamente, reiteramos a importância dos programas de ações afirmativas como políticas públicas para o ingresso no ensino superior universitário, mas ampliamos a crítica quando nos debruçamos sobre outros espaços de poder, como Legislativo, Executivo e Judiciário.

Ainda pensando o quão se faz necessário, olhar para o nosso redor e analisar quantas pessoas pretas estão aí, nessa mesma posição que a sua? Quantas estão nos serviços mais subalternos? Claro que são todos dignos, mas você já esteve ali naquele lugar? Ou ainda são naturalizadas e romanceadas essas questões, com os cuidados com o que se conhece enquanto “lugar de fala”? E qual o seu posicionamento em relação ao racismo? Ou essas, questões ainda são invisíveis aos seus olhos? Façamos nossas, as palavras do “patrono da educação brasileira”, Paulo Freire, mais especificamente da epígrafe de uma de suas maiores obras, “Pedagogia do Oprimido”, em sua septuagésima primeira edição publicada em 2019: “Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Freire, 2019).

Recordemos então o testemunho de Lélia (de Almeida) Gonzalez, na biografia dos intelectuais e cientistas sociais negros, Alex Ratts e Flavia Rios (2010) sobre os aprendizados com o primeiro marido/companheiro, Luiz Carlos Gonzalez, cuja morte também a despertou para a mudança em sua trajetória intelectual. “A inclusão do sobrenome Gonzalez, que substituiria definitivamente o Almeida, fez parte dessa transformação de Lélia e de sua figura pública” (Ratts; Rios, 2010, p. 53).

Luiz Carlos foi muito importante na minha vida (...) ele rompeu com a família, ficou do meu lado e começou a questionar a minha falta de identidade comigo mesma. Isso dói (...), por isso eu tenho orgulho de trazer o nome dele. Eu nunca troquei o meu nome, podia estar com o meu nome de solteira, Lélia de Almeida, mas é uma homenagem que eu presto a esse homem branco tão sofrido (...) essa pessoa demonstrou uma solidariedade extraordinária (...) e foi a primeira pessoa a me questionar com relação ao meu próprio branqueamento. (Depoimento extraído de Projeto Perfil – Lélia Gonzalez) (Ratts; Rios, 2001, p. 53).

As comunidades negras vivem em condições de marginalização, com a falta de políticas públicas e ações que reconheçam historicamente tudo o que foi causado na vida dos/as negros/as até os dias atuais (Gonzalez, 2020). Outro episódio que ilustra tais condições de marginalização com a falta de políticas reparadoras da opressão e escravização foi e tem sido as discussões sobre as cotas, as ações afirmativas de acesso

ao ensino superior, que em 2023 esteve sob reformulação no Congresso Nacional, haja vista a interpretação de que ela teria data para findar. Passados dez anos, de 2012 a 2022 sua revisão deveria ser feita. Para evitar enfrentamentos com o genocida Bolsonaro, postergou-se para 2023, com sua saída, felizmente do governo federal.

No dia 09 de agosto de 2023, a Câmara dos Deputados, uma das casas legislativas de votação, a proposta inicial da deputada federal Maria do Rosário²⁵, cujo substituto foi relatado pela também deputada Dandara. Votação acompanhada pela ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco e pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Protagonistas que há tempos lutam contra o racismo dentro do sistema político-social nacional brasileiro. Acompanhemos costuras da reportagem feita pela Câmara dos Deputados, extensa, mas necessária:

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5384/20, da deputada Maria do Rosário (PT-RS) e outros, que reformula a Lei de Cotas no ensino federal. A proposta será enviada ao Senado.

Entre outros pontos, o texto diminui de 1,5 para um salário-mínimo a renda per capita familiar máxima do estudante candidato ao ingresso pelas cotas por ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo da relatora, deputada Dandara (PT-MG). Segundo o texto, a avaliação do sistema de cotas deverá continuar a ocorrer a cada dez anos e os integrantes de quilombos também poderão acessar o ensino federal por meio dessa reserva.

O substitutivo estabelece um novo mecanismo para o preenchimento das cotas. Em vez de os cotistas concorrerem somente às vagas estipuladas para seu subgrupo (pretos, pardos, indígenas, etc.), eles concorrerão às vagas gerais. Se não alcançarem a nota para ingresso, então sua nota será usada para concorrer às vagas reservadas a seu subgrupo dentro da cota global de 50%.

Relatora da proposta, a deputada Dandara afirmou que esta ação afirmativa garantiu a sua formação educacional. "Eu sou o resultado da política de cotas, tenho muito orgulho de ter sido cotista na graduação e na pós-graduação. Se não fosse a Lei de Cotas, eu não estaria aqui", disse (Câmara, 2023).

Uma via que seja efetivamente democrática, com a diminuição da pobreza, da fome, e de todo tipo de injustiça. Um dos pontos importantes desse retrato da população negra é o da escritora Carolina Maria de Jesus, em seu diário “Quarto de despejo”, que faz o contraponto do lugar do negro/a, morador de uma favela, bem como dos lugares que ela passava nos bairros elitizados.

²⁵ Sim, aquela mesma quem foi insultada criminosamente pelo genocida Bolsonaro que reiterou tratar-se, de uma mulher que não valia a pena nem ser estuprada.

10 DE MAIO Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amável! Se eu soubesse que ele era tão amável, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. (...) O tenente interessou se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: Se disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, o Kubstschek e o Dr. Aldemar de Barros? Agora falar para mim que sou pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças (Jesus, 2014, p. 29).

Esse reflexo do lugar de Negro, destacado por Carolina Maria de Jesus (2014) e Lélia Gonzalez (2020), que(m) são referenciais para entendermos essa construção com base na exclusão dessa população, vistas como algo sem valor, que precisava sobreviver e lutar contra os problemas já citados anteriormente – que se repetirão ao longo do texto.

Ainda procurando entender essas violências estruturais no Brasil, que é um país perigoso para as pessoas Negras, que vivem questões determinantes como o racismo e o preconceito, que tende a aniquilá-las. O Estado não contribui, com ações, para combater todas essas violências sentidas em seus corpos, em nossos corpos. Uma das referências nas discussões antropológicas sobre violência, ações policiais e periferia, Alba Zaluar assim escreve:

Violência vem do latim *violentia*, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta (Zaluar, 1999, p. 8).

As pessoas negras vivem com essa violência constante, sentida em seus corpos, retirando suas possibilidades de existência, tendo seus Direitos caçados enfrentando diversas barreiras. A situação racial para a população preta nos últimos anos, ou sempre, de acordo com a nossa história, segue desigual, seja em quesito salarial, preconceito,

assédio e assassinato. “Não quero meu nome no seu protesto, dentro da sua faculdade onde é raro ver preto”. Neste trecho, da música provocativa de Jup Do Bairro e Mulambo (2020), que vai de acordo com as estatísticas fornecidas pelo, pelo IBGE (2020), 52% dos alunos matriculados nas universidades federais são pretos e pardos, sendo 56% da população negra no Brasil, mas, que em sua maioria, não conseguem permanecer e acabam desistindo, devido ao racismo estrutural, desigualdade social e econômica, mesmo existindo a Política de Cotas, que não são suficientes.

Uma das indagações a serem refletidas é onde está o seu racismo e seus incômodos, e o que pretende fazer em relação, em especial quando se trata de pessoas brancas?

A filósofa Djamila Ribeiro (2019), também nos provoca em relação a reconhecer esses processos e nos tornarmos antirracistas, com o intuito de juntar e corrigir essas discrepâncias naturalizadas.

É preciso continuar a repensar essas construções sociais que colocam seus valores como soberanos, sendo necessário e urgente avançar no debate sobre as questões de gênero e étnicos raciais, para que haja uma diminuição nestas relações de poder estruturadas no patriarcado, que tendem a causar e naturalizar a violência simbólica instituída e praticada nesses espaços de poder. Fruta madura do neoliberalismo, capitalismo contemporâneo.

Contra todas as formas de erro ‘interaccionista’, o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não bastam notar que as relações de comunicação são de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem na forma no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações e que, com dom ou *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto poder instrumentos estruturados e estruturantes, de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço das suas próprias forças às relações de forças que as fundamentaram e contribuindo assim, segundo a expressão Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (Bourdieu, 1989, p. 11).

Entretanto, muitas vezes a violência e violação de direitos, não são percebidas claramente, tornando-se difíceis de se perceber ou de lutar contra essas forças de dominação. Sigamos as lições de Guacira Lopes Louro – uma das principais difusoras no Brasil e a partir da educação, das ferramentas conceituais de Judith Butler:

[...] Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam ou são representados, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder [...] (Louro, 2010, p. 9).

Analisando essa relação hierarquizada, que visa regular a vida das pessoas, percebemos que o uso da própria linguagem e suas variantes é um instrumento de poder discursivo que dita e tenta dar significado para as coisas e objetos de interesses patriarcais que nos dizeres da filósofa Judith Butler, são heteronormativos (Butler, 2003). Não há como dissociar esse padrão estruturante de nós sujeitos do racismo e da opressão de classe.

A possibilidade de gerar conflitos por parte dessa camada hegemônica, que não aceita bem o fato de um negro, formado em um curso superior dê aulas para seus filhos e filhas ainda é grande. O autor desse trabalho sente na pele. Visto que o pensamento ainda reside em colocar e olhar a pessoa negra em lugares subalternos. O reconhecer negro, deve ser iniciado exatamente nesses espaços de poder, para que o empoderamento seja uma voz ativa. Lélia, em seus escritos de militância e teóricos, nos enche e ajuda a nos reconhecermos em todos esses espaços. Sua trajetória assim o faz (Ratts, Rios, 2010).

É preciso avançar, poderíamos citar diversos autores e autoras negras, até então não tão conhecidos ou divulgados, exatamente, porque ainda é um espaço academicamente estruturado para as pessoas não negras. O poder da citação para que um autor se torne referência bibliográfica demanda repetição e falação sobre ele. Esse reiteração se circunscreve a um espaço social onde poderes decisórios circulam. A universidade é um campo de poder.

2.2 A universidade é um campo de poder

Vamos pensar o seguinte: a trajetória de uma pessoa negra chegar até a Universidade, uma pós-graduação estrito senso!? Claro que não dá para falar de uma totalidade, ou da experiência e vivência como um todo. Generalizar. Mas, pegando os

dados fornecidos pelo IBGE (2022), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é possível destacar que a maioria da população de negros e pardos é de 45,3%. Se a maioria se autodeclara, porque é tão difícil vermos pessoas negras em cargos superiores, na arte, na literatura, música, exposição, nos telejornais, nos filmes sem como diria em uma letra do Baco Exu do Blues²⁶ “Eles querem um preto com arma pra cima, num clipe na favela, gritando cocaína, querem que nossa pele seja a pele do crime...” (Blues, 2018).

Poderia citar algumas outras rimas, porém, será demonstrado o que essa desigualdade causa e efeito na nossa sociedade. Ao ler, Lugar de Negro de Lélia Gonzalez (2020), claro que o acesso a ela não tem tanto tempo, e academicamente, o contato de escritos por pessoas negras, quase não existiam, a não ser pelos avanços dos estudos e da Internet, que tem “popularizado” esses escritos.

A questão é que Lélia vai na veia, te toca em diversos lugares, e te faz entender como a resistência é necessária, falta muito estudo e revisitar todos seus escritos, o mais importante, que foi uma mulher negra com a cara do nosso País e todas suas desigualdades. Em sua escrita há a denúncia do epistemicídio que anos depois a filósofa e ativista/feminista negra, Sueli Carneiro (2005; 2023) aprofundaria. Ela, Lélia Gonzalez transforma em acadêmica sua estilística do “pretuguês”.

Hoje essas escritas estão sendo possíveis é claro por todas essas trajetórias, Carolina Maria de Jesus, além de todas contribuições e (im) possibilidades do negro ascender socialmente, mostra como a Educação faz a diferença na vida de uma pessoa negra, no sentido de abrir um leque de oportunidades, essa que descontrói o sentido da meritocracia, tão ovacionada, em uma realidade que só existe para quem é privilegiado e sequer passou algum perrengue na vida, ou como diria Carolina Maria de Jesus, em “Quarto de Despejo” (2001m p. 26), em relação aos nossos Políticos, “ O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora”. Quem mais poderia ter dito algo que representa a maioria da população sem acesso a serviços de qualidade, e que não tenha que decidir se trabalha ou estuda, quando o que necessita e tentar sobreviver com o mínimo.

Em 2021, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6%

²⁶ Baco Exu do Blues (2018), no álbum, Bluesman, fala sobre o tema e define blues como “tudo que quando era preto e era do demônio e depois virou branco e foi aceito, eu vou chamar de blues” (Blues, 2018). O artista preza pelo outro lado da moeda, o lado oculto, assim a serviço de legitimar e representar a Cultura e a Arte comunicada por pessoas pretas. ele traz representatividade às personalidades importantes para a história não contada por serem negras, que vão de Basquiat a Camila Pitanga.

entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%). (IBGE, 2021).

Algo que sempre é dito em sala de aula, para alunos e alunas do Ensino Médio, que é possível verificar esses dados, quando a maioria dos estudantes que trabalham e estudam, são dessa população, e muitos acabam “desistindo”, devido a diversos fatores como o cansaço e a falta de tempo, para executar coisas básicas da escola. Perceber como Carolina, faz tanto sentido, - ela como mulher negra e favelada, mãe solo -, que não teve todas as oportunidades que uma pessoa branca possui. Claro que a pobreza não é só de pessoas negras ou pardas, o que diferencia é a pele, que chega primeiro e não tem como mudar, como por exemplo em uma entrevista de emprego ou em um processo seletivo.

A pele de uma pessoa negra é o diferencial, que essa não tem como mudar, como se fosse um acessório, claro que temos nos negros orgulho dela, a partir, do momento que conseguimos nos reconhecer como negros e nos empoderarmos. Porque até isso nos é retirado, no sentido que a sociedade quer ao longo da história de embranquecer e padronizar, lançando mão do que é ou não aceito, bom ou bonito. Ainda em Nietzsche (2007, p. 25), em seus escritos na “Genealogia da Moral”, nos antagonismos entre o bem e o mal, diz que “o bem foi criado por quem detém riquezas, como algo puro, rico enquanto o mal é relacionado às pessoas negras, algo ruim, sem valor”. Imagine o processo de autoidentificação e aceitação dessa pele negra, carregando muitas marcas ao longo do tempo e como não ter representatividade, nos mais variados espaços e danoso para boa parte dessa população.

Tempos atrás, em conversas com uma mulher preta, muito sábia, sobre a questão da maioria dos terreiros de umbanda ou de candomblé quase não ter pessoas negras, - claro que conversa sem uma base teórica ou com dados concretos apresentados-, apenas algumas vivências, conversas informais, a quase que ausência de pessoas negras nesses espaços, visto que historicamente faz parte de uma cultura marginalizada e que sofre diversos ataques e intolerâncias. Boa parte das pessoas que se reconhecem como negras, e frequentam esses espaços tem em si o empoderamento e reconhecimento de sua Cultura, porém ainda é minoria, visto, que até nessa herança é preciso uma tomada de Consciência e mais enfrentamento, porque a sociedade, estruturalmente com uma parcela de brancos de 42,8%, impõe toda sua branquitude, ou seja, aquilo que deve ou não ser aceito.

O foco aqui não é aprofundar nas religiões dominantes, mas relatar, um quadro que boa parte da população sendo negra e marginalizada, acaba se afastando ou não tendo acesso. De tudo que representa essa herança cultural, porque afinal quem é negro e

quando criança nunca ouviu uma pessoa dizendo que: “essas” religiões é/são coisa do demônio ou que é maligna? Até Deus é branco? Quando na escola, ainda se fazem a festa do Saci Pererê? Como também essa representação, de um menino levado, traquina, ou seja, um menino que gosta de fazer maldade. Como que uma criança negra vai ter outra noção/formação de si, se é comparada, a essa figura criada por um branco racista, de elite e heterocisnormativo que até hoje as pessoas o aplaudem suas obras?

Enquanto não tivermos uma sociedade antirracista, que desde o início a formação seja racial, como escritos e acesso a referências de negras para pessoas negras, afrocentradas, demonstrando, sim, que tiveram pessoas que lutaram e lutam até hoje pela libertação do negro, a importância das religiões Afros, que Exu precisa estar presente nos livros didáticos, com toda sua importância e evocadas por Elza Soares. Algo que já percebemos circular, minoritariamente. Narrar a história a partir da visão das pessoas negras e não do colonizador e de uma literatura feita e voltada para o mérito, que não corresponde à realidade do nosso País.

É necessário, entender que o negro não está esperando o branco estender a mão, e rever seus privilégios, para dá oportunidade, o que se quer que as desigualdades, pelo menos diminuam, que as pessoas não sejam vistas pela cor da pele, mas que tenham as mesmas oportunidades, que possam ter sua autoestima e toda sua potencialidade valorizada. Para isso é necessário, ao ponto de que uma pessoa negra não precise parar de estudar, por conta da situação financeira ou pela falta de tempo.

Mais da metade (53,8%) dos trabalhadores do país em 2021 eram pretos ou pardos, mas esses grupos, somados, ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69,0% deles (IBGE, 2021).

Como demonstrado, a população negra e parda não tem uma escolha, quando se fala em superar as desigualdades e conseguir ao menos ter comida nas refeições essenciais. Não ter que estar com a barriga doendo ou ver os seus sentindo fome, aliás, é preciso distinguir de passar fome e está com fome, são coisas bem diferentes. Imagine você que estuda meio período, sua única refeição é aquela da escola, porque quando chega em casa, não sente o cheiro da comida sendo feita, ou abrir a geladeira e estar em dúvida do que comer, esse não é um quadro distante, comprovado por Carolina Maria, quantas Carolinas não existem no nosso Brasil, D. Marias, sendo mães solas, que os “pais” por diversas circunstâncias, as abandonou, sendo os primeiros a “abortar” seus filhos e filhas.

Quantas pessoas negras não gostariam de estar estudando, tendo acesso a novas oportunidades, conseguindo ter subsídios financeiros para conhecer e poder desenvolver toda potencialidade, ocupando espaços que até então, foram negados. Muitos poderão dizer, hoje em dia, sim, nos dias atuais, tem várias formas de uma pessoa fazer um curso de graduação, o Governo tem vários incentivos, como o Enem, Fies, Prouni, as Universidades e faculdades estão com bolsas, cotas, vestibulares. Mas, porque ainda quase não vemos médicos/as negros/as? Quantas pessoas já foram atendidas por um/a? São muitas questões que vão sendo levantadas. Ou nas engenharias, arquiteturas, psicologias? Cursos que geralmente são integrais ou que se você for pagar, tem que desembolsar um bom dinheiro.

Nas áreas de graduação presencial com maior número de matrículas em 2020, as maiores proporções de pretos e pardos estavam em pedagogia (11,6% de pretos e 36,2% de pardos) e enfermagem (8,5% de pretos e 35,2% de pardos). Já o curso de medicina tinha apenas 3,2% de matriculados pretos e 21,8% de pardos (IBGE, 2021).

Esses dados são o reflexo de que mesmo tendo diversos meios de entrada, não tem o de permanência, afinal, se conseguiu chegar até uma graduação presencial, tem seus custos e gastos, as bolsas geralmente acabam não sendo suficientes ou em posse de quem realmente precisa delas. Hoje em dia com o Governo Lula, muitos incentivos foram recuperados, mas isso, não pode ser uma política apenas de Governo, é necessário fortalecer e prioriza políticas que contribuam para a permanência nesses cursos integrais, incentivos na contratação de pessoas negras, sim que respeite a característica de cada um/a moradia adequada, acesso a bens e serviços de qualidade.

Não serem confundidos com “bandidos” ou seguidos ao entrarem em uma loja, serem chamados ou comparados a um primata ou coisa pior, sendo seus corpos violados e violentados. Ou quando ocupam, lugares de poder, serem menosprezados. A sociedade está acostumada em ver as pessoas negras em lugares subalternos, limpando os rastros deixados, ou no futebol, carnaval, samba. Em alguns períodos sendo aceitos, tais posições. Mas quando o negro ascender socialmente é perigo, porque ele não pode ser melhor que a minoria branca, transitar e ocupar esses lugares que foram branqueados.

“A consciência negra é no momento em que nós ocuparmos os espaços entendendo que todos são iguais perante a lei, que todos têm direitos, têm direito à universidade, têm direito à renda. E nós teremos que nos igualar porque a maioria da população, se não é negra, é descendente

direto de negro; então, nós não podemos excluir essas pessoas. Então consciência negra é ter a consciência da igualdade das pessoas que aqui vivem”, disse a deputada Professora Rosa Neide (PT-MT) (Agência Câmara de Notícias, 2019).

A conscientização é um processo, que pensando na igualdade étnico racial, caminha a passos lentos, visto que “foi ontem” toda escravidão e servidão dos corpos negros. Que na política do Governo Lula, colocou uma ministra negra Anielle Franco e um ministro negro Silvío Almeida, trazendo esperança e representatividade para a população negra. O que se espera é uma maior articulação com respeito às garantias de Direitos e a Igualdade Étnico-Racial. Não que eles irão resolver todas as atrocidades sofridas desde a colonização ao desmonte do carnificida Bolsonaro e seus desmontes. Mas, no sentido de olharem para a população de forma a diminuir com tantas mazelas, como a fome, falta de emprego, serviços de qualidade e violências.

Ter uma representatividade, que possa articular novas formas e tentar atender as demandas, que são dessa camada da população é avanço, diante de tantos retrocessos e silenciamentos vividos por boa parte da população, que vive com o mínimo, e passa por situações que as deixam vulneráveis, com a falta de estrutura e serviços básicos essenciais. A busca por uma sociedade mais igualitária, demanda, políticas públicas que sejam concretizadas, com as garantias necessárias para diminuição, que Carolina, tanto passou, da fome, acesso a uma Educação que veja a realidade e prime por ser Transformadora de vidas.

Diante do que já foi exposto, qual seria o Lugar de Negro, será que Lélia, se fosse viva, quando o escreveu, estaria vendo avanços, ou ainda, que é preciso lutar e lutar na conquista por espaços dignos para as pessoas negras? Claro que são diversas questões e muitas que talvez não se tenham respostas, enquanto não conseguirmos resolver esses problemas estruturais, acabar com as desigualdades. Essas que são tão valorizadas por esse sistema Capitalista, que se beneficia da exploração e por devastar tudo.

A busca por representatividade se torna um dos maiores avanços, hoje, temos na música, dança, na arte, em sala de aula, ainda é pouco, como dizem por aí, a valorização da pessoa negra está em evidência, mas não é isso quando ligamos a Tv e vemos mais uma criança morta, pela truculência da polícia, despreparada, que já tem o alvo no corpo preto, não importando a idade. Lideranças quilombolas, sendo brutalmente assassinadas, levando a comoção, até certo ponto, deixar a “poeira” baixar, até que surja mais um caso, e outro, sendo corpos negros, que importância em esclarecer, e realmente, devolver a sociedade uma resposta de justiça.

Quem tanto mandou matar Marielle e Anderson? Ao terminar a escrita dos possíveis dessa dissertação a operação do inquérito de Marielle e Anderson é tomado como resolvido com a descoberta do envolvimento de três supostos mandatários dos brutais e cruéis assassinatos. A manchete da Agência Brasil, em 24 de março de 2024, assim estampa: "Inquérito da PF revela arquitetura do crime contra Marielle Franco. Crime foi "meticulosamente" planejado por ex-chefe da Polícia Civil" (Agência Brasil, 2024). Foi esse agente estatal que acalentou a família de Marielle.

A sociedade ainda continua sendo muito violenta para as pessoas negras, que vivem na luta, pela sobrevivência, sem reconhecer o negro como seres plurais, sim, que erram, mas, que vivem sem ter em quem se inspirar, podemos ver, que no decorrer da nossa história, fomos colocados a margem de uma sociedade, que sempre roubaram do povo preto, diga se de passagem, como os Europeus se apropriaram da Cultura afro.

Por que o negro é tão odiado? Como se reconhecer, em uma sociedade que nega sua existência? Como fica a saúde física e mental da pessoa preta, diante da falta de oportunidade, violências diversas.

Carolina Maria de Jesus, fez um dos relatos mais sinceros, da vivência de sua realidade. Compreender toda dureza, fome, pobreza, que tentava driblar as adversidades, ousando ocupar espaços que fora negado, ou que ela só observava da vitrine, enquanto catava papelão, mas, que deixa evidente toda sua escrita potente e que não foi valorizada, sendo compara, a de escritores brancos, e que tem seu valor, porém, ainda é feita e pensada, para um público específico, muitas vezes sequer/se quer, chegando às comunidades periféricas. A questão do acesso, de divulgação, de ampliação para todas as classes.

Esse Mundo acaba sendo de muitas incertezas para o negro, desde sempre, aprende que tem que cuidar de casa, ajudar a trazer o alimento, o trabalho acaba sendo, em sua maioria para ajudar a manter o básico, por necessidade, às vezes, começando muito cedo, sem os direitos que deveriam ser garantidos, aceitando, as mais diversas condições, até mesmo insalubres, ou análogas à escravidão, (...) trabalhando horas a mais sem receber por elas, de segunda a segunda, recebendo male má um salário mínimo.

Diversos espaços, não tem representatividade, o negro é mal pago. Levanta-se cedo e se deita tarde, para conseguir ter dinheiro, adquirir o que a própria Constituição Federal, 1988, que diz em seus Artigos que todos tem Direito à moradia, à saúde, à segurança e outros princípios básicos, mas para o negro, a realidade é outra. Desde a escravidão, foi "largado" a "Deus dará". Claro, que se hoje existe um legado, foi dos que

conseguiram lutar e fugir para áreas que pudessem estar seguros, para começar a se estabelecer, seja de Palmares, Dandara a todas as pessoas que têm resistido e sobrevivido até os dias atuais.

Quantas pessoas estão tentando ocupar os espaços que sempre foram negados, na busca por condições melhores, crescer economicamente, ter Direito à vida, essa que já é tirada muito cedo, ao sair e levar um baculejo dos canas, ter sua Identidade retida ao embarcar em um transporte público, por desconfiarem, e serem comparados a “bandidos”, ou terem seus sonhos, roubados desde a sua infância, por ter uma sociedade que não incentiva, mostrando possibilidades, que é possível superar todas as mazelas impostas.

Em uma letra do Baco Exu do Blues, ele pergunta para o Caíque, menino de 10 anos que no morro do complexo do alemão, o que ele quer ser quando crescer(...) e, prontamente a resposta é ser Médico. Sua resposta, de pronto, traz muitas reflexões.

O fato das oportunidades que são disponibilizadas e tornam possível, Caíque, se ver tornando-se médico. Se é que conseguirá chegar à vida adulta, com recursos, estudo de qualidade, e se vai conseguir fugir dos estigmas já socialmente construídos. Sem as violências impostas desde sempre, tendo acesso à arte, à literatura. Se ver representado nos consultórios médicos, nas Universidades, na política. Se reconhecendo como negro, aliás, sendo possível, romper com todas as barreiras impostas.

Quantas meninas não são retiradas de suas famílias, para trabalhar na casa de outras pessoas com um certo poder aquisitivo. Muitas acabam, perdendo a sua própria infância e assumindo, a responsabilidade de cuidar dos filhos dos brancos, mesmo tendo uma legislação que diz o mínimo da idade que uma pessoa poderia, começar a trabalhar, mas como toda regra há suas exceções - no caso sempre são as pessoas em estado de vulnerabilidade, pensando na políticas de Governo, cidadania e dos direitos humanos.

Quantos estão anestesiados e parece que nada mais sensibiliza as pessoas, quando ouvem que tal pessoa, estava vivendo essa escravidão moderna, que foi retirado, desde criança, e ficando nessas famílias, cuidando, trabalhando, sem a mínima condição e parece ser naturalizado, ou mesmo, nos campos, locais que parece que são permissivos pelo Estado, roubando toda humanidade, porque o branco parece que tudo pode na nossa sociedade. Às vezes, até geram uma certa comoção, mas, é a justiça social, pois os dados são alarmantes, se for analisado até os dias de hoje, o poder dessas pessoas em cometer essas atrocidades. De acordo com o que podemos notar nos dados fornecidos pela Repórter Brasil.org.br (2023).

O Brasil encontrou 2.575 pessoas em situação análoga à de escravo em 2022, maior número desde os 2.808 trabalhadores de 2013, segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego. Com isso, o país atinge 60.251 trabalhadores resgatados desde a criação dos grupos especiais de fiscalização móvel, base do sistema de combate à escravidão no país, em maio de 1995. Nesses 28 anos, R\$ 127 milhões foram pagos a eles em salários e valores devidos (Repórter Brasil, 2023).

Fica evidente a falta de fiscalização e prevenção do poder público. Buscar soluções que coíbam essas práticas, com leis e punições mais severas. Até quando as pessoas negras terão seus Direitos violados, por uma política quase que inexistente. De acolhimento adequado, humanizado. Formas que possam permanecer na Escola, uma busca ativa dessas crianças que estão fora das salas de aula, olhar mais para os lugares que faltam infraestrutura, emprego, pelo menos o básico, para concluírem a Educação básica.

RETICÊNCIAS FINAIS (...)

Essas “reticências finais” além de ser um ponto de partida para novas pesquisas, será um momento que inicio apresentando alguns dos meus anseios, ao ingressar no programa, no ano de 2021. Estava completando um ano de pandemia, isolamento social, me tirou alguns parentes e amigos, trabalho home office, com novas adequações a essa nova realidade, que tudo era muito intenso, como afetaria a todos, a Educação não parou. Com tudo e contudo, foi até então, a oportunidade de ingressar no programa, pois não teria como ir, devido a carga horaria e outras situações.

Ao ingressar na pós-graduação, tive um momento de sentimento de realização por ser o primeiro de uma família de baixa renda, que daria continuidade nos estudos, entendendo a importância de uma maior capacitação, superando as estatísticas como um homem negro e cria dessa Educação pública, sem bolsa, em período pandêmico. Foram e são tempos intensos e tensos. O quão nossos corpos precisam persistir e resistir para que outros possam beber da nossa pesquisa e levar adiante com novas escrituras.

Ao longo dessa jornada, conheci muitas pessoas, que gostaria de destacar, pela forma humana, como compreenderam todas as barreiras e ajudaram a construir, este ensaio-dissertação, rompendo com a questão que a academia nos impõe: cumprir os créditos, publicar e defender. Romper essa lógica, ainda mais em uma pós de Humanas,

e dar sentido outro para essa caminhada, no que me é possível, com pessoas que não soltam sua mão, independente das adversidades que a vida apresenta foi o mais importante na jornada. E olha que foram e são muitas as dificuldades.

No decorrer destes ensaios, pude refletir profundamente sobre minhas experiências na Universidade enquanto sujeito negro e de classe periférica. A narrativa biográfica apresentada revelou uma série de desafios enfrentados por indivíduos como eu, que carregam consigo as interseccionalidades de raça, classe, gênero. Esses desafios vão desde o acesso inicial ao ensino superior até a permanência e o reconhecimento dentro dos espaços acadêmicos.

A abordagem reflexiva adotada neste recorte permitiu-me não apenas compartilhar minhas próprias escrevivências, mas também colocar em destaque questões fundamentais relacionadas às dinâmicas de poder presentes na academia. Foi possível evidenciar como as estruturas sociais de opressão se manifestam nos ambientes universitários, contribuindo para a marginalização e subalternização de determinados grupos-corpos sociais. Não só!

As barreiras enfrentadas por estudantes negros e de classe periférica, vão muito além das dificuldades acadêmicas convencionais. O acesso limitado a recursos financeiros, a falta de representatividade e o racismo institucional são apenas algumas das muitas formas de discriminação que permeiam o cotidiano universitário.

Além disso, é fundamental reconhecer que a escola desempenha um papel crucial na formação de indivíduos conscientes e críticos. Ela deve ser um espaço que proporcione um ensino de qualidade, público, gratuito e inclusivo, onde todas as pessoas tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais.

Nesse contexto, é imprescindível que a escola promova o respeito à subjetividade de cada estudante, levando em consideração a diversidade cultural, religiosa e política presente em seus espaços. As diferenças que nos instituem.

Infelizmente, muitas vezes o sistema educacional não permite que as pessoas sejam livres – para além das ilusões já que somos moldados pelo social, para escolher e tomar decisões que atendam às suas subjetividades. Em vez disso, ele tende a enquadrar e naturalizar valores patriarcais e religiosos, perpetuando assim formas de opressão que persistem até os dias atuais.

É urgente que repensemos e reconstruamos os modelos educacionais, garantindo que eles sejam verdadeiramente inclusivos e respeitem a diversidade de experiências e perspectivas.

Isso requer não apenas mudanças nas políticas educacionais, mas também um esforço coletivo para desconstruir os preconceitos arraigados em nossa sociedade e construir um ambiente escolar onde todos se sintam valorizados e respeitados, reiterando a importância de continuar dialogando, refletindo e agindo para promover uma educação que seja verdadeiramente emancipatória e transformadora.

Somente através de esforços conjuntos poderemos construir um futuro em que a diversidade seja celebrada e onde todos tenham igualdade de oportunidades para alcançar seu pleno potencial.

Torna essencial adotar uma abordagem centrada no aluno para melhorar a qualidade da educação, abordando as barreiras individuais que os estudantes enfrentam e fornecendo apoio personalizado para atender às suas necessidades específicas. Isso pode incluir programas de apoio acadêmico e socioemocional, acesso a serviços de saúde e assistência social, bem como parcerias com a comunidade para fornecer recursos adicionais aos estudantes e suas famílias.

Exemplos importantes dessa parceria entre a academia e a comunidade podem ser encontrados nas experiências que compartilhei ao longo deste estudo. Surgindo da vontade de trazer pessoas que a sociedade estigmatiza, que nem sempre tiveram oportunidade de dar continuidade aos seus estudos, contribuindo para visibilidade das histórias que frequentemente são marginalizadas. É uma tentativa de reconhecer esses indivíduos como seres humanos.

Esses exemplos destacam a importância de abrir as portas da Universidade para aqueles que tradicionalmente foram excluídos. Ao trazer pessoas que enfrentam diversas violências para o centro da academia, podemos enriquecer nossas discussões, promover a diversidade de perspectivas e desafiar as normas estabelecidas. Além disso, ao oferecer cursos e espaços de reflexão sobre temas como raça, gênero, classe, sexualidade, podemos capacitar os estudantes a compreender e enfrentar as complexidades das questões contemporâneas e mais ainda respeitar.

Deixo aqui brechas para que surjam novas pesquisas que venham discorrer mais sobre essas questões. Para que sejam repensadas, principalmente diante de tudo que foi abordado, requerendo medidas legais, políticas públicas e ações concretas para promover a igualdade e a justiça racial e de gênero, por meio de uma Educação Antirracista e que realmente se atente para a realidade dos nossos estudantes. Isso exige o comprometimento de todos os setores da sociedade, incluindo o governo, a sociedade civil e o setor privado, para garantir que todos sejam tratados com dignidade e respeito.

BIBLIOGRAFIAS REFERENCIADAS E CONSULTADAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violência sexual nas escolas: resultados de pesquisa**. Brasília: UNESCO, 2003.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Especialistas reivindicam políticas públicas em prol da igualdade étnico-racial**. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/615639-especialistas-reivindicam-politicas-publicas-em-prol-da-igualdade-etnico-racial/>. Acesso em: 04 abr. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Inquérito da PF revela arquitetura do crime contra Marielle Franco**. Crime foi "meticulosamente" planejado por ex-chefe da Polícia Civil. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2024-03/inquerito-da-pf-revela-arquitetura-do-crime-contramarielle-franco>. Acesso em: 04 abr. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. 7ª reimpressão. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANGELOU, Maya. **Carta a minha filha**. Tradução Celina Portocarrero; [prefácio Conceição Evaristo]. 2ª ed. Rio de Janeiro 2019.

BARROS, Daiana Luz Passos de. Intolerância, preconceito e exclusão. In: **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKER, Simone. "(Na) mira (d)os processos: entre afetos e (regimes de) verdades" In: DIEHL, Eliana Elisabeth et al. **Antropologias do contemporâneo: uma homenagem a Sônia Weidner Maluf**. 1ª ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 2022, p. 91-121. Disponível em: <https://editora.ufsc.br/estante-aberta/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTO. BERENICE. **O que é Transexualidade**. Brasília. Ed. Brasiliense, 2008.

BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BLUES, BACO EXU do. **Bluesman**. Baco Exu do Blues, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-xFz8zZo-Dw>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. O que é Marxismo Queer. **TV Boitempo**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=paDyCagIvUQ>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jan. 2015. Seção 1, p. 18.

CÂMARA. **Câmara aprova projeto que reformula política de cotas nas universidades federais**. 2023 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/984747-camara-aprova-projeto-que-reformula-politica-de-cotas-nas-universidades-federais/>. Acesso em: 09 set. 2023.

CAMPOS, Luiz Augusto et al. **Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras (2020)**. Relatório das Desigualdades Raciais (GEMAA), IESP-UERJ, p. 1-22, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2011.

BRASIL. CF/88. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, De 10 de Março de 2008**. [...] Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msckid=0c0d30. Acesso em: 18 mar. 2024.

CONTINS, Marcio Cruvinel; SANT'ANA, Anderson. Ação afirmativa e universidade: política educacional ou política de Estado?. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 6, dez. 1996, p. 201-212.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COLOMBO, Daniel Gama e. A desigualdade no acesso à pós-graduação stricto sensu brasileira. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 1, p. 34-34, 2018. Disponível em:

<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/1010>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CRESPE, Aline C.; SILVESTRE, Célia M.Foster.; BECKER, Simone. Apresentação. In: **Narrativas antropológicas em tempo pandêmico: 10 anos de experiências etnográficas no PPGAnt/UFGD**. SÃO PAULO: LiberArs, v.1. p.07-16, 2021.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heloísa Buarque de Hollanda. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2016.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DO BAIRRO, Jup e Mulambo. **Luta por mim**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ttnqgvRgNK0>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DO PRADO, Monique Rodrigues. **Racismo Estrutural Segundo Silvio Almeida**. 2020. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/racismo-estrutural-segundo-silvio-almeida/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

DUQUE, Tiago. **Um pouco além do sistema: reflexões queer a partir do pantanal de MS**. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/rascunhosculturais/article/view/17819>. Acesso: 21dez2022.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. São Paulo: GRAAL, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Jefferson B. de et al. **Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras (2020)**. Levantamento das políticas de ação afirmativa (*GEMAA*), IESP-UERJ, p. 1-23, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Escola e disciplina: regulação ou emancipação?** Cadernos de Pesquisa, n. 98, p. 73-91, ago. 1996.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. A universidade brasileira no contexto de mudanças educacionais e socioeconômicas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 128, p. 33-56, nov. 2006.

IBGE. **Cor ou raça**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 05 jan. 2021.

IBGE. **Censo 2022**: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em 20 mar. 2024.

IDENTIDADE. Composição Jorge Aragão, 1992. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/jorge-aragao/77012/>. Acesso em: 20 mar. 2024;

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação**: construção e desconstrução. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 101-132, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma Perspectiva pós-estruturalista. 6. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade**. 3º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. V. 01. p.174.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta?** São Paulo. Ed. Hoo. 2016.

MOSÉ, Viviane; HOMEM, Maria. Lupa da Alma: a pandemia e o valor da vida. **Café Filosófico**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_sAOq_UqNFs. Acesso em: 20 mar. 2024.

NERY, João W. Viagem Solitária: Memórias de um transexual 30 anos depois/ João W Nery.- São Paulo; Leya, 2011.

NEZELLO, G.; SCOLL, B.; ZANON, J.. A Sociedade do Conhecimento e a Educação. In: SILVA, E. T. da; SILVA, M. T. da. (Orgs.). **Educação e Sociedade**: perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-32, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Tradução, notas e prefácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. J. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia na escola**. Brasília: Ministério da

Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 235-264.

PRADO, Marcos Aurelio M. 'A aceitação do nome social abre uma série de debates sobre os direitos da minoria trans no âmbito da UFMG' - afirma professor da Fafich'. (26 agos. 2015). Portal eletrônico da UFMG. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/039759.shtml>>. Acesso em 02ab2024.

PRATES, Deisiane. Acadêmica responsável em tirar as fotos dos minicursos. 2015.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REPORTE, Brasil. **Com 2.500 vítimas em 2022, Brasil chega a 60 mil resgatados da escravidão**. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/01/com-2-500-vitimas-em-2022-brasil-chega-a-60-mil-resgatados-da-escravidao/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SALES, Ana Lúcia. **Educação superior no Brasil: desigualdades de acesso e permanência**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SANTAMARINA, Carmen; MARINAS, José Miguel. La memoria narrativa. **Revista de Occidente**, v. 155, p. 259-272, 1994.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antônio Batista. Buscando a libertação do homem no contexto de reflexão, pela compreensão de ser no mundo, com o mundo e para o mundo. In: Congresso Brasileiro de Ciências Sociais, 30., 2009, Curitiba. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais** Curitiba: ABCS, p. 7, 2009.

SINTIETFAL. **Governo Bolsonaro decreta fim do estado de emergência por pandemia da Covid-19. 2022. Disponível em:** <https://www.sintietfal.org.br/2022/04/governo-bolsonaro-decreta-fim-do-estado-de-emergencia-por-pandemia-da-covid-19/#:~:text=2022%20Laura%20Silva-,Governo%20Bolsonaro%20decreta%20fim%20do%20estado%20de%20emerg%C3%Aancia%20por%20pandemia,no%20pa%C3%ADs%20pela%20Covid%2D19>. Acesso em: 21 mar. 2024.

TEIXEIRA, LARISSA; FREITAS, HYNDARA. A invisibilidade das pessoas trans no ensino superior brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Ciências Sociais, 34., 2016, Caxias do Sul. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais**. Caxias do Sul: ABCS, p. 01-12, 2016.

ZALUAR, Alba. **Violência e mal-estar na sociedade**. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo Perspec. vol.13, n.3, Jul/set.1999.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2012.